

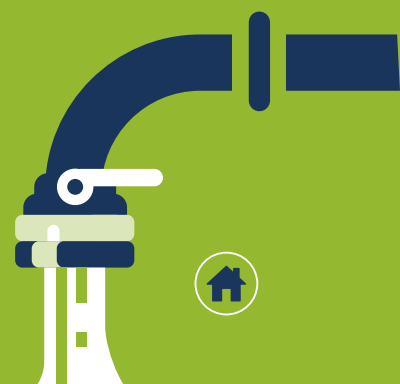
CONTRATOS POR RESULTADOS



Manual para a Utilização em Projetos de Esgotamento Sanitário

Sergio Pérez Monforte

RESUMO	7
1. INTRODUÇÃO	9
Propósito desta publicação	9
Relação com os documentos estándar de licitações do Banco	10
Planejamento e estudo de mercado	12
2. GENERALIDADES SOBRE CONTRATOS POR RESULTADOS	13
O que são contratos por resultados?	13
Quais são seus benefícios?	13
Como funcionam os contratos por resultados?	13
Qual é o incentivo?	13
Quais são os fatores claves para o sucesso?	13
O que mais devemos saber sobre os contratos por resultados?	13
Que conclusões podemos derivar destas considerações?	15
3. TIPOS DE PROJETOS DESANEAMENTO	16
Projetos que se beneficiam melhor de contratos por resultados	16
4. CONTRATO POR RESULTADOS COMO VEÍCULO CONTRATUAL	18
O contexto figurado de um projeto de saneamento	18
A operação da Estação poderia ser um contrato por resultados, mas os benefícios são limitados	18
O projeto e a construção da Estação de tratamento não é propícia para um contrato por resultados	19
Estruturas separadas, como o edifício de controle e o laboratório da Estação, também não são propícias para um contrato por resultados	19
O caso das redes coletoras primaria e secundaria	19
O desafio deste projeto está nas conexões domiciliares, e o contrato por resultados é uma solução propícia	20





ÍNDICE DE CONTEÚDO

5. TRABALHO SOCIAL ASSOCIADO ÀS CONEXÕES DOMICILIARES	22
Além da simples construção física das conexões domiciliares	22
Esgoto condominal	23
Estabelecimento de metas realistas	24
Plano de Ação Social	24
6. GUIA DO PLANO DE AÇÃO SOCIAL NAS CONEXÕES POR RESULTADOS	26
Conhecimento da realidade local	26
Participação das Partes Interessadas e Divulgação de Informação	27
Reuniões com os líderes	27
Ações Orientadas à Conectividade	28
Directrices para la celebración de reuniones condominales	28
Promover a regularização dos contratos de água potável	28
Apresentação das possibilidades técnicas	28
Formalização da adesão	29
Desenvolver estratégias de comunicação	29
Educação Sanitária e Ambiental	30
Plano de Comunicação Social	31
Estratégia de Comunicação	31
Mecanismo de Reparação de Reclamações (MRR)	32
Processos de Finalização	32
Acompanhamento dos Serviços Sociais	33
7. MECANISMOS DE PAGAMENTO DO CONTRATO POR RESULTADOS	35
Retenções não associadas aos resultados	36
Retenção por Resultados da realização das conexões domiciliares comerciais e físicas	36
Método de devolução das retenções	36
Bônus por conclusão de todas as certificações esperadas	38
8. TIPO DE INTERVENÇÕES DOMICILIARES	39
Níveis de Complexidade	39
Nível A – Baixa Complexidade	39
Nível B – Média Complexidade	40





ÍNDICE DE CONTEÚDO

Nível C – Alta Complexidade	40
Ações Sociais Complementares	41
Uso de Sistema de Informação	42
9. AVALIAÇÃO DE PROPOSTAS PARA CONTRATOS POR RESULTADOS	43
ANEXO	45

Figuras

Figura 1 Condições de cumprimento dos Contratos por Resultados	8
Figura 2 Princípios de Aquisições aplicáveis aos Contratos com financiamento do BID	10
Figura 3 Modificações nos documentos padrão para estabelecer Contratos por Resultados	11
Figura 4 A estratégia de mercado e o plano de aquisições devem confirmar a viabilidade do uso de contratos por resultados.	12
Figura 5 Fatores a observar no Estabelecimento de Contratos por Resultados	14
Figura 6 Níveis de Responsabilidade do Empreiteiro por Tipo de Contrato	16
Figura 7 Tecnologia de Ramais	23
Figura 8 Montante a ser pago em cada estimativa e retenções gerais e para pagamentos por resultados	36

Tabelas

Tabela 1 Equipe para o Trabalho Social das Conexões Domiciliares	40
Tabela 2 Opções de tipo de licitação para contratos por resultados	42





MANUALES SANIHUB

Este manual forma parte de una serie sobre la iniciativa Sanihub, creada para ayudar a difundir el conocimiento de metodologías innovadoras, como Condominial, y proporcionar acceso a tecnologías y herramientas modernas para el diseño de sistemas de saneamiento mediante el desarrollo y la distribución de software de código abierto. Puede acceder las otras guías de la serie a continuación:



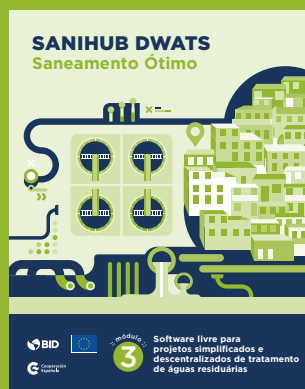
**Software gratuito
para projeto
de rede esgoto
condominial e
convencional**

DESCARGUE ACÁ 



**Software libre
para diseño
de ramales
condominiales**

DESCARGUE ACÁ 



**Software libre
para projetos
simplificados e
descentralizados
de tratamento de
águas residuárias**

DESCARGUE ACÁ 



Este Manual foi desenvolvido para auxiliar os Prestatários e os funcionários do BID no desenvolvimento de contratos por resultados em contratos de água e esgotamento sanitário em projetos financiados pelo Banco. O Manual dá ênfase às conexões domiciliares de projetos de esgotamento sanitário, mas pode ser estendido a outros componentes de obra que sejam repetitivos.

O Manual não é uma ferramenta de uso obrigatório em todos os projetos de esgotamento sanitário. A leitura deste Manual em conjunto com outros manuais desta série irá preparar os funcionários do Banco e os executores de projetos financiados pelo Banco que desejem formular contratos por desempenho ou contratos por resultados no setor de esgotamento sanitário, de forma a eliminar alguns mitos (como, por exemplo, a percepção de que contratos por resultados são muito complexos ou que podem ser aplicados a qualquer tipo de instalação ou contrato) e fortalecer as boas práticas derivadas de intervenções recentes do Banco na implementação desse modelo.

Como todo processo de aquisições com financiamento do Banco, a licitação e contratação por resultados devem atender aos seguintes critérios:

» **Aumentar a eficiência e reduzir prazos de aquisição:** O contrato por resultados deve contribuir para a redução dos prazos do processo licitatório. Se o contrato por resultados for muito complexo para o Executor, e sua capacidade limitada para especificar, adjudicar ou supervisionar contratos por resultados, o processo pode se alongar por muitos meses, superando a duração média de outros contratos do

Executor. Nesses casos, o Contratante deve considerar métodos tradicionais de contratação de bens e serviços.

» **Reduzir riscos e melhorar a qualidade:** O principal risco das obras de esgotamento sanitário está na interação com o beneficiário. Se a legislação nacional não obrigar os beneficiários a se conectarem e a pagarem pelo serviço logo após a construção das redes secundárias, ou se os beneficiários forem populações vulneráveis com baixa capacidade de pagamento, existe o risco de que as redes secundárias fiquem subutilizadas (e, conseqüentemente, as instalações operem em condições ineficientes por falta de esgoto gerado). Os contratos por resultados visam minimizar esse risco, garantindo que os investimentos operem sob condições de qualidade e nível de serviço adequados.

» **Garantir Value for Money:** A relação custo-qualidade melhora quando o contratado para execução das redes secundárias e das conexões domiciliares é selecionado considerando uma combinação de fatores econômicos e técnicos. Entre os fatores técnicos está a estratégia que o Contratado empregará para, entre outros aspectos, tratar, negociar e apoiar os beneficiários na assinatura do acordo de



conexão ao sistema de esgotamento sanitário e produzir um número de ligações domiciliares em quantidade e qualidade compatíveis com os requisitos estabelecidos pelo contratante no edital.

- » **Melhorar o Fit-for-Purpose (Adequação ao Propósito):** O Banco exige que os contratos de obra financiados cumpram o propósito para o qual foram concebidos e para o qual o contrato de empréstimo foi negociado com o Prestatário. Quando se utiliza um fiore por resultados, assegura-se que os recursos do financiamento estão sendo direcionados da forma mais

eficaz para as obras do projeto, em especial para as conexões domiciliares ou qualquer outro elemento físico que tenha sido pactuado como resultado com o Empreiteiro.

- » **Melhorar a Transparência:** O uso de métodos inovadores de aquisição, mas supervisionados pelo Banco, contribui para maior transparência nos processos. Este Manual ajuda a preparar os funcionários do Banco (para que cumpram seu papel fiduciário) e os clientes para compreender os desafios e benefícios dos contratos por resultados na área de esgotamento sanitário.

FIGURA 1 Condições de cumprimento dos Contratos por Resultados



1. INTRODUÇÃO



Propósito desta publicação

Os seguintes Princípios Básicos de Aquisições orientam as atividades de aquisição em conformidade com as Políticas do BID, e qualquer forma de contrato por resultados deve cumprir com tais princípios básicos:

1.1 O propósito deste Manual (em conjunto com outros manuais desta série) é informar e orientar os Prestatários, o pessoal do BID e seus consultores sobre as metodologias que permitem contratar obras de esgotamento sanitário a serem pagas por resultados.

1.2 A experiência adquirida pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo S.A. (SABESP) no Brasil e pelo Instituto Nacional de Aguas Potables y Alcantarillados (INAPA) da República Dominicana no desenho de contratos por resultados e na execução de obras de esgotamento sanitário com as conexões domiciliares por meio de contratos por resultados são pontos de referência importantes para o alcance deste Manual. O BID agradece à SABESP e ao INAPA por permitir que seus consultores façam referência a esses modelos bem-sucedidos de contratação por resultados.

1.3 Os seguintes Princípios Básicos de Aquisições orientam as atividades de aquisição em conformidade com as Políticas do BID, e qualquer forma de contrato por resultados deve cumprir com tais princípios básicos:

d) **Valor por Dinheiro:** este princípio significa o uso efetivo, eficiente e econômico dos recursos, o que requer a avaliação dos custos e benefícios pertinentes,

juntamente com a avaliação dos riscos e de atributos distintos do preço, quando aplicável. O preço, isoladamente, não representa necessariamente o valor por dinheiro, uma vez que outros fatores também podem ser priorizados;

- e) **Economia:** este princípio refere-se à aquisição de insumos de qualidade apropriada ao preço adequado. O princípio da economia leva em consideração fatores relacionados e não relacionados ao preço, como qualidade, sustentabilidade e custos do ciclo de vida, conforme aplicável, que apoiam o valor por dinheiro. A economia pode considerar a sustentabilidade com base em critérios específicos em apoio à política de aquisições sustentáveis do Prestatário;
- f) **Eficiência:** este princípio exige que os processos de aquisição sejam proporcionais ao valor e aos riscos das atividades subjacentes ao projeto;
- g) **Igualdad:** este princípio consiste em dar a todos os licitantes elegíveis — tanto de países Prestatários como de países não Prestatários membros do Banco — a mesma informação e igual oportunidade de competir no fornecimento de bens e na execução de obras financiadas pelo Banco;
- h) **Transparência:** este princípio exige que as informações pertinentes sobre aquisições sejam disponibilizadas a todas as partes interessadas de forma sistemática e oportuna, por meio de fontes facilmente acessíveis e amplamente disponíveis, a um custo razoável ou gratuitamente, e que seja dada adequada publicidade às atividades de aquisições, incluindo a adjudicação dos contratos; e



FIGURA 2 Princípios de Aquisições aplicáveis aos Contratos com financiamento do BID



- i) **Integridade:** este princípio refere-se ao uso do financiamento do Banco de acordo com os fins previstos e com as boas práticas de governança, exigindo que todas as partes envolvidas no processo de aquisição observem os mais altos padrões éticos durante esse processo nos contratos financiados pelo Banco e na execução dos projetos, abstendo-se de incorrer em Práticas Proibidas, conforme disposto no parágrafo 1.16 e nos Procedimentos de Sanções do Banco.

Relação com os documentos estándar de licitações do Banco

1.4 O Banco dispõe de documentos padrão de licitação (DEL) que são obrigatórios em

licitações públicas internacionais e cuja utilização é indispensável como marco dos contratos por resultados que serão assinados pelo Contratante e pelos contratados selecionados como resultado do processo de licitação.

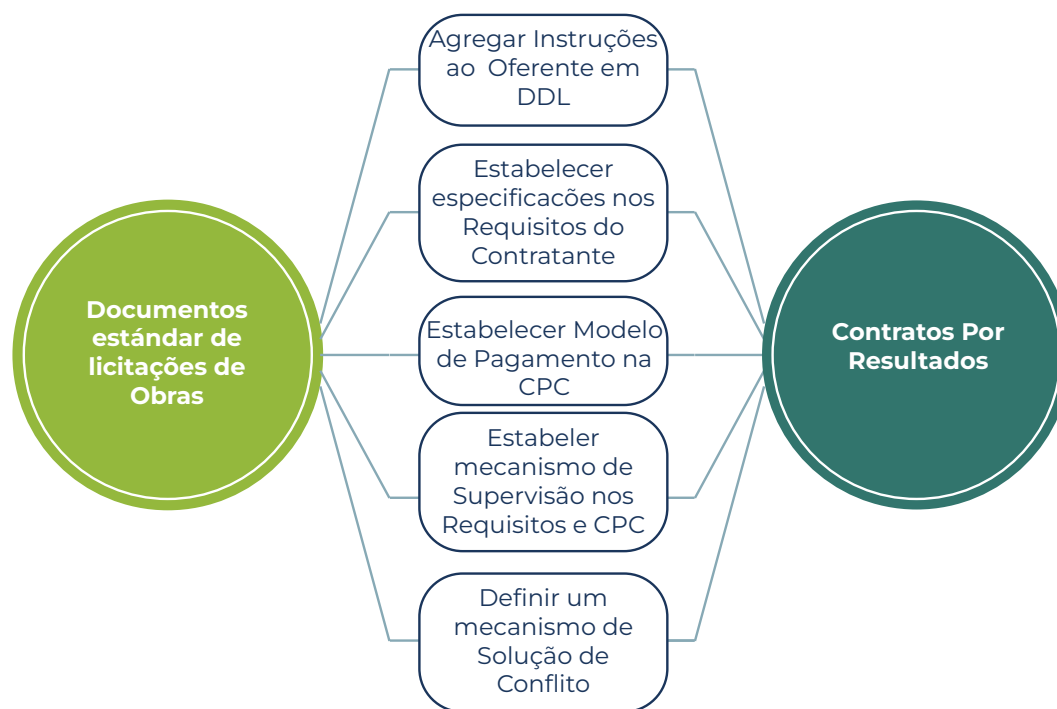
- 1.5 Os documentos padrão do Banco que podem ser utilizados para formular contratos por desempenho devem ser adaptados para servir de base para contratos por resultados:

- » Obras de grande porte, Livro Vermelho da FIDIC, Segunda Edição 2017
- » Obras civis por projeto e construção com ou sem pré-qualificação, Livro Amarelo da FIDIC, Segunda Edição 2017
- » Obras de pequeno porte
- » Obras de pequeno porte por projeto e construção
- » Planta



- 1.6 O menu completo dos documentos padrão do BID pode ser encontrado neste link: <https://projectprocurement.iadb.org/es/documentos>
- 1.7 É importante notar que os documentos de licitação do Banco com condições gerais de contrato da FIDIC ou outros com condições gerais de outro tipo não estabelecem expressamente instruções ou a forma de pagamento e outras condições necessárias para regular a concorrência e a execução de contratos por resultados.
- 1.8 Assim, cada projeto em que se deseje utilizar a metodologia de contratação e pagamento por resultados deverá agregar nas condições particulares do contrato todas as disposições de forma complementar aos documentos existentes, redigindo instruções aos proponentes (IAO y DDL¹) e condições contratuais adicionais apropriadas para a apresentação das propostas e a implementação dos contratos pertinentes. Este manual apresenta exemplos
- de adaptações realizadas nas condições particulares do contrato (CPC²) do documento de Obras de Pequeno Porte para inserir especificações de pagamento por resultados (ver Anexo).
- 1.9 Esse tipo de adaptação por meio das condições específicas do contrato também costuma ser necessário quando são agregadas responsabilidades de operação e manutenção das instalações ao empreiteiro que projetou e construiu as obras.
- 1.10 A figura a seguir indica as partes dos documentos padrão do Banco que devem ser modificadas mediante a adição de obrigações, responsabilidades e mecanismos para o estabelecimento de contratos por resultados nos DDL e CPC.
- 1.11 Essas modificações devem ser realizadas com cuidado e em consulta com os especialistas fiduciários em aquisições do Banco, a fim

FIGURA 3 Modificações nos documentos estándar para estabelecer Contratos por Resultados



¹ IAO: Instrucciones a los Oferentes - DDL: Datos de la Licitación

² CPC: Condiciones Particulares (o Especiales - CEC) de contrato



de não alterar os aspectos fundamentais da apresentação, avaliação, adjudicação de contratos e sua implementação. Este manual oferece algumas considerações para o uso dos documentos de licitação existentes com as adições pertinentes que respeitam os procedimentos e princípios de aquisições.

1.12 Os mutuários e os colaboradores do Banco que apoiam os executores de contratos por resultados devem consultar os especialistas fiduciários em aquisições na preparação do Plano de Aquisições e das minutas dos documentos de licitação de contratos com pagamentos por resultados, a fim de garantir o cumprimento dos procedimentos de aquisição, em particular no que se refere ao tipo de licitação.

1.13 O pagamento por resultados pode ou não implicar uma avaliação de propostas em dois envelopes, com uma parte técnica e uma parte financeira separadas, a fim de avaliar a proposta técnica antes de abrir o envelope financeiro.

Planejamento e estudo de mercado

1.14 Os contratos por resultados não devem ser incorporados ao projeto ou lançados no mercado de forma improvisada. A intenção de utilizar um contrato por resultados para uma obra ou parte de uma obra deve ser amplamente discutida pelo Cliente e pelos funcionários do Banco durante a preparação do projeto de saneamento.

1.15 Uma vez explorada a ideia e se for positiva a conveniência de usar contratos por resultados, devem-se utilizar os recursos de planejamento e estudos de mercado para determinar se os contratados têm interesse e recursos para participar de licitações competitivas, que não serão pagas por preços unitários ou valores fixos, mas sim pelos resultados reais da execução.

1.16 Isso porque o contrato por resultados gera maiores riscos para o contratante e geralmente exige que o perfil do contratante seja mais sólido na parte financeira, na medida em que o contratante deverá autofinanciar boa parte dos investimentos até atingir o nível de cumprimento que gera o resultado e seu certificado de pagamento. Felizmente, no que diz respeito às conexões domiciliares de saneamento, o custo da parte física da conexão às redes coletoras é relativamente baixo e, na maioria dos casos, não deve representar mais de 10% do custo das redes secundárias.

1.17 A estratégia de aquisições do projeto, bem como o plano de aquisições derivado da formulação dessa estratégia, devem confirmar a viabilidade do uso do instrumento no mercado nacional³.

1.18 A menos que o uso de contratos por resultados seja experimental ou piloto para fins de aprendizagem, o Plano de Aquisições deverá estabelecer quais lotes ou setores do projeto são viáveis para aplicar o modelo.

FIGURA 4 A estratégia de mercado e o plano de aquisições devem confirmar a viabilidade do uso de contratos por resultados.



³ As redes secundárias e as conexões domiciliares de esgoto sanitário, que exigem pouca maquinaria e são pouco propícias a inovações tecnológicas, geralmente não atraem o interesse de empreiteiros internacionais.



2. GENERALIDADES SOBRE CONTRATOS POR RESULTADOS



As respostas às perguntas a seguir ajudam a compreender melhor os contratos por resultados:

O que são contratos por resultados?

2.1 Os mecanismos de pagamento por resultados são uma ferramenta cada vez mais utilizada internacionalmente para gerar eficiências em processos que buscam alcançar objetivos sociais prioritários em projetos públicos e privados⁴.

Quais são seus benefícios?

2.2 Essa ferramenta não apenas permite maximizar o uso dos recursos públicos, mas também proporciona flexibilidade e inovação por parte dos contratados selecionados, promovendo a tomada de decisões baseada em evidências e a melhoria no desenho de obras de alto impacto social.

Como funcionam os contratos por resultados?

2.3 Em um esquema de contratos por resultados, o Contratante estabelece uma série de incentivos (financeiros ou outros) para que o Empreiteiro gere e alcance objetivos ou impactos predefinidos. Somente quando os resultados desejados são efetivamente materializados, o Contratante reembolsa ao Empreiteiro o capital investido, de acordo com as tarifas acordadas, que por sua vez foram definidas para alcançar o grau de melhoria nos indicadores de impacto estabelecidos.

Qual é o incentivo?

2.4 Os contratos com pagamentos por resultados constituem um método de contratação cada vez mais comum, no qual os Empreiteiros e prestadores de serviços recebem uma compensação baseada nos resultados que alcançam, e não apenas pelos insumos ou atividades realizadas. Isso incentiva os Empreiteiros a concentrarem esforços em gerar o impacto desejado, podendo conduzir a soluções mais inovadoras e efetivas.

Quais são os fatores claves para o sucesso?

2.5 Alguns elementos essenciais de desenho para esse tipo de contrato incluem: definições claras dos resultados; dados adequados e mecanismos de pagamento justos.

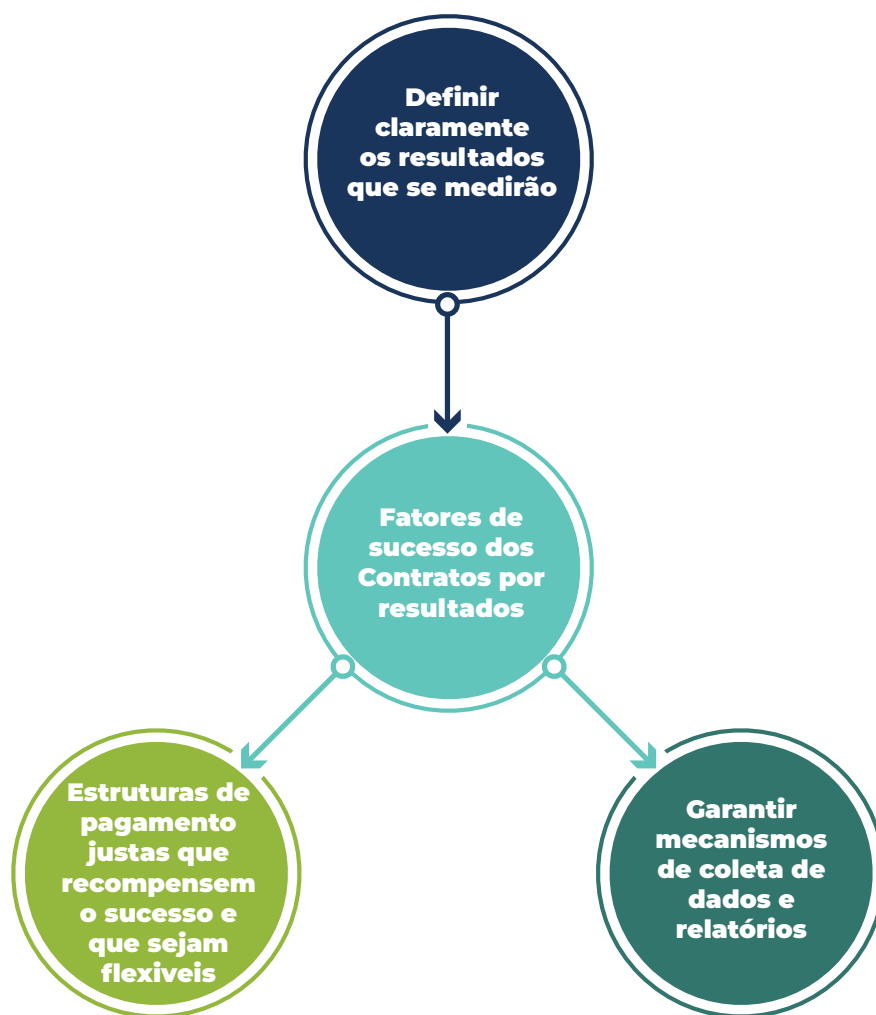
O que mais devemos saber sobre os contratos por resultados?

2.6 Este modelo pode estimular os Empreiteiros e prestadores de serviços a serem mais criativos e responsivos às necessidades dos Prestatários e Executores nos projetos de saneamento financiados pelo Banco, já que sua remuneração está diretamente vinculada à entrega de resultados, e não apenas ao cumprimento de atividades previamente definidas.

⁴ Inc., HCMWorks. "Flexible Workforce Solutions | HCMWorks - Contingent Workforce Solution Specialists." HCM-Logo-rgb (440px), <https://www.hcmworks.com/flexible-solutions-for-contingent-workforce-management>.



FIGURA 5 Fatores a observar no Estabelecimento de Contratos por Resultados



2.7 O modelo também pode fomentar desempenho superior e melhores resultados para os Prestatários, pois alinha os incentivos do Empreiteiro com os objetivos finais do programa de saneamento.

2.8 A contratação por resultados exige uma avaliação e gestão cuidadosa de riscos, já que os Empreiteiros podem assumir maior exposição financeira ao vincular sua compensação aos resultados e não apenas às atividades.

2.9 De modo geral, os contratos pagos por resultados podem ser uma forma eficaz de promover maior desempenho e impacto, mas exigem desenho e implementação cuidadosos para garantir que cumpram seus

objetivos. Estratégias adequadas de mitigação de riscos são fundamentais para assegurar que tanto o Cliente quanto o prestador de serviços estejam devidamente incentivados e protegidos.

2.10 Os contratos com pagamentos por resultados — também chamados de contratos de desempenho ou contratos baseados em resultados — representam uma mudança de paradigma na forma como organizações contratam serviços. Esse enfoque inovador vincula a remuneração ao alcance de resultados específicos e mensuráveis, em vez de simplesmente remunerar pelas atividades executadas. À medida que governos e empresas buscam maximizar o impacto de



seus investimentos, esse tipo de contrato tem ganhado destaque em diversos setores, incluindo programas de saneamento urbano.

- 2.11 Este documento explora os aspectos fundamentais dos Contratos Pagos por Resultados, incluindo seus benefícios, considerações de desenho e desafios potenciais, oferecendo uma visão abrangente desse modelo transformador de contratação.
- 2.12 O principal benefício desse enfoque é alinhar diretamente os incentivos do Empreiteiro com os resultados desejados pelo Prestatário, incentivando soluções mais inovadoras e eficientes.
- 2.13 Ao vincular a remuneração ao alcance de resultados específicos e medíveis, os Contratos Pagos por Resultados motivam os prestadores de serviços a concentrar seus esforços em gerar impacto real e significativo, indo além da simples execução de tarefas prescritas.

Que conclusões podemos derivar destas considerações?

- 2.14 Em conclusão, os Contratos com Pagamentos por Resultados representam uma evolução significativa nas práticas de contratação, oferecendo uma ferramenta poderosa para que organizações promovam desempenho, inovação e impacto.
- 2.15 Embora requeiram desenho, implementação e gestão de riscos cuidadosos, seus benefícios — maior transparência, eficiência, responsabilização e efetividade — tornam-nos uma opção atraente para muitas instituições. À medida que esse modelo evolui e amadurece, tende a desempenhar um papel cada vez mais relevante na forma como organizações contratam serviços e geram resultados significativos. Em suma, os contratos pagos por resultados oferecem um enfoque promissor para alcançar melhores resultados e maior valor para as partes interessadas em um mundo cada vez mais orientado por resultados.



3. TIPOS DE PROJETOS DE SANEAMENTO

Projetos que se beneficiam melhor de contratos por resultados

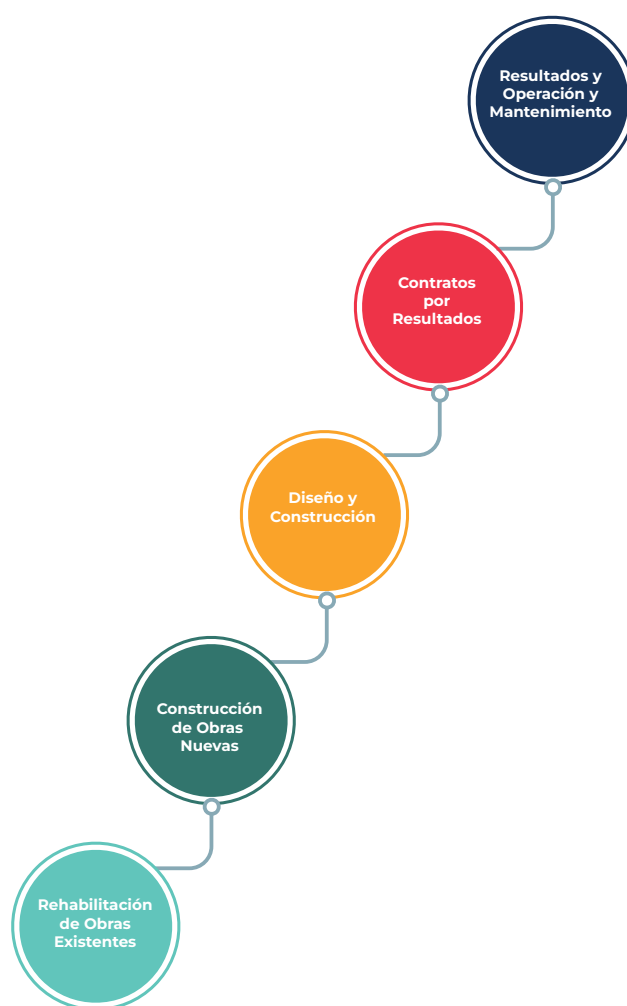
3.1 Os projetos do setor de água e saneamento podem ser classificados pelo conteúdo técnico (por exemplo, adução de água, tratamento de esgotos, etc.) e/ou pela complexidade, escala e método de entrega do contrato e da licitação. Esta seção concentra-se em compreender quais tipos de projetos se beneficiam mais do uso de contratos por resultados. Desenvolvem-se aqui as relações entre complexidade do projeto, escala e o método de entrega, explicando como tais fatores influenciam a decisão de adotar contratos por resultados, e quais critérios são mais adequados para diferentes tipos de contrato ou modelos de entrega, de modo a melhorar a qualidade e o desempenho geral dos contratos.

3.2 A decisão sobre o método de entrega do contrato no setor de água e saneamento é fundamental para o sucesso de qualquer projeto. À medida que os Prestatários escolhem os tipos de licitação e de contrato a serem utilizados — como construção tradicional, projeto-construção ou projeto-construção-operação — a responsabilidade e o controle do escopo por parte do Oferente aumentam significativamente de uma modalidade para outra. Consequentemente, a criticidade e a importância de um processo rigoroso de seleção também aumentam conforme se avança para modelos mais integrados.

3.3 Se, além do projeto, construção e operação, acrescenta-se o requisito de que determinados componentes da obra sejam executados sob a modalidade de pagamento por resultados, a responsabilidade do Empreiteiro aumenta ainda mais.

3.4 A figura a seguir caracteriza o nível de responsabilidade do Empreiteiro em vários tipos de contratos de saneamento:

FIGURA 6 Níveis de Responsabilidade do Empreiteiro por Tipo de Contrato



3.5 As seguintes questões-chave devem ser consideradas pelos Prestatários ao implementar contratos por resultados em projetos do setor de água e saneamento:



- f) Deve-se utilizar o contrato por resultados como veículo contratual?
- g) Qual parte das obras seria implementada mediante pagamento por resultados?
- h) Como determinar os critérios de qualificação e avaliação a serem aplicados?
- i) Como serão avaliadas as propostas técnicas e como a pontuação será aplicada no resultado final da licitação?
- j) Qual mecanismo de pagamento por resultados será utilizado?

3.11 Essas perguntas devem ser analisadas durante o processo de planejamento das aquisições, em colaboração com as partes

interessadas relevantes. A inclusão de contratos por resultados na licitação do projeto deve ser considerada desde a fase de preparação e do planejamento estratégico de aquisições, e discutida com a equipe técnica, a equipe de aquisições e demais atores relevantes envolvidos no desenvolvimento do projeto. A abordagem — utilizar ou não contratos por resultados — deve estar claramente refletida no Plano de Aquisições.

3.12 As seções seguintes do manual abordam essas cinco perguntas-chave e como considerá-las dentro do processo de aquisição de contratos no setor de saneamento.



4. CONTRATO POR RESULTADOS COMO VEÍCULO CONTRATUAL



O contexto figurado de um projeto de saneamento

- 4.1 Para ilustrar de forma precisa a utilização dos contratos por resultados em projetos de saneamento, esta seção apresenta um cenário hipotético que simula a escolha dos tipos de contrato para diferentes componentes de um projeto genérico de esgotamento sanitário.
- 4.2 Nem todos os elementos de obra de um projeto são adequados ao uso de contratos por resultados. Quando o projeto é executado de forma integral, com um único Empreiteiro responsável pelo projeto e execução de todas as obras, os ajustes nos documentos de licitação aplicam-se apenas às partes claramente designadas como sujeitas ao pagamento por resultados — não a todas as demais atividades que compõem o objeto do contrato integral.
- 4.3 No projeto figurado, considera-se uma área urbana com vários setores hidráulicos e com predominância de famílias de baixa renda, ainda que existam alguns bairros com maior capacidade de pagamento.
- 4.4 As obras incluem: cinco linhas de condução primária de esgoto, sendo três setores por gravidade e dois com bombeamento; redes secundárias em seis setores (possivelmente licitados em lotes independentes); cerca de 20.000 conexões domiciliares; uma estação de tratamento de esgoto (ETE) com tratamento primário, biológico e lagoa para tratamento de lodos; operação das instalações por 18 meses; As obras são complementadas com a aquisição de sistemas de informação

técnica e cadastro de usuários, sistema de faturamento, registros, regularização do serviço de água potável e melhoria geral da administração do Executor.

A operação da Estação poderia ser um contrato por resultados, mas os benefícios são limitados

- 4.5 Neste projeto de saneamento, a operação da planta poderia ser remunerada como um reembolso das despesas de eletricidade, dos insumos, do pessoal designado pelo Empreiteiro para a operação da planta, mediante um pagamento fixo (pessoal mais utilidades, independentemente da demanda existente sobre o serviço da Planta), além de pagamentos por manutenção preventiva e corretiva que variam conforme o volume de águas residuais que ingressam na ETE. Esta forma de pagamento exigiria numerosos registros, controles e inspeções para assegurar que o pagamento ao operador seja justo e que não seja abusivo.
- 4.6 Para simplificar a matéria de controles e o acompanhamento detalhado da operação da Estação, numerosos Executores deste projeto figurado optariam por pagar a operação da Planta **mediante o resultado da medição do efluente das águas tratadas da Estação**, reembolsando ao Operador uma tarifa que é variável em função do volume tratado. O cálculo das tarifas é complexo porque, além dos custos fixos, devem ser consideradas as economias de escala e as variações no consumo de insumos e eletricidade. Uma vez acordadas as tarifas, o pagamento do serviço é efetivamente um



pagamento por resultados que é mensurável e objetivo.

- 4.7 O exemplo da operação da ETE e o pagamento ao operador pelo volume de água tratada constitui, efetivamente, um pagamento por resultados, mas os benefícios dos contratos por resultados são limitados em termos de inovação, especialização e produtividade, porque o operador não controla os volumes de águas residuais que recebe e, portanto, não pode introduzir na prestação do serviço fatores que aumentem a produtividade e a eficiência, permitindo-lhe maximizar a eficiência e transferir esses ganhos às tarifas acordadas. .
- 4.8 A operação e manutenção da ETE, uma vez concluída, poderia ser objeto de um contrato de serviços separado ou de uma obrigação estendida do Empreiteiro em um contrato de projeto e construção. Neste último caso, deveriam ser aplicadas cláusulas e disposições adicionais no contrato padrão de projeto e construção do Banco (FIDIC Livro Amarelo) ou no contrato de Projeto e Construção de Obras Menores ou Estação, para regular esse serviço complementar.

O projeto e a construção da Estação de tratamento não é propícia para um contrato por resultados

- 4.9 Por outro lado, neste mesmo projeto figurado, não seria conveniente utilizar o mecanismo de pagamento por resultados para remunerar o projeto e a construção da ETE, porque as obras devem ser projetadas e construídas para um determinado nível máximo de operação que pode levar vários anos para ser alcançado. Por esse motivo, o calendário de construção e a produção não são compatíveis com um mecanismo de pagamento da infraestrutura baseado em resultados, isto é, pelo volume e pela qualidade do efluente produzido.
- 4.10 Tipicamente, o contrato de projeto e construção com as condições contratuais do Livro Amarelo da FIDIC pode ser o tipo de contrato adequado para a contratação

desta instalação, principalmente porque contém cláusulas que regulam os testes dos equipamentos associados.

Estruturas separadas, como o edifício de controle e o laboratório da Estação, também não são propícias para um contrato por resultados

- 4.11 Também não é adequado remunerar por resultados partes ou componentes isolados da Estação: por exemplo, a construção do edifício de controle, laboratório, depósitos, oficinas e áreas administrativas da Estação, porque não existem elementos dessas obras complementares que, por si só, constituam um resultado com diferentes níveis de produção ou eficiência que possam ser medidos. A menos que o contrato para a execução dessas obras seja do tipo “Turney”, caso em que o edifício da ETE constitui um resultado em si mesmo e poderia ser pago ao final como tal.
- 4.12 No entanto, um contrato do tipo “Turney” também não pode ser considerado um contrato por resultados, pois carece de incentivos ao Empreiteiro que estejam orientados ao aumento da produtividade ou ao uso de opções ou mecanismos de inovação que produzam melhores resultados durante a execução.
- 4.13 Essas obras geralmente são contratadas como Obras Menores, caso seu escopo, por alguma razão, não faça parte de um contrato integral de projeto e construção da Estação.

O caso das redes coletoras primária e secundária

- 4.14 No projeto figurado, poderia parecer possível que as conduções primárias e secundárias de coleta de esgoto fossem objeto de um contrato por resultados.
- 4.15 No entanto, um contrato dessa natureza não teria muitas diferenças em relação a um contrato convencional que remunera o Empreiteiro por quantidades executadas (como é comum em contratos de construção) ou por listas de atividades concluídas associadas à instalação das tubulações (como é comum nos contratos



de projeto e construção pagos por preço global ou preço fechado).

- 4.16 A ausência de elementos que constituam resultados finais e mensuráveis, além da própria escavação, assentamento e reaterro das tubulações (que podem ou não ser imediatamente utilizadas para transportar os volumes máximos de esgoto), explica por que esses componentes de redes não são propícios para um contrato remunerado por resultados.
- 4.17 Essas obras, no projeto figurado, geralmente são contratadas por preços unitários e lista de quantidades, quando existem projetos adequados; ou são incluídas como parte de um contrato integral de projeto e construção, juntamente com os demais componentes das obras do projeto.

O desafio deste projeto está nas conexões domiciliares, e o contrato por resultados é uma solução propícia

- 4.18 As explicações a seguir foram apresentadas por uma consultora da Alemanha em um fórum público e são reproduzidas neste manual porque resumem claramente as dificuldades e desafios representados pelas conexões domiciliares em projetos de esgotamento sanitário existentes ou novos. A tradução é dos autores do manual.
- 4.19 “Muitos domicílios não dispõem de recursos para pagar as tarifas de conexão ao sistema de esgoto, instalar as tubulações internas adicionais necessárias ou pagar as faturas mensais posteriores associadas ao serviço de esgotamento após a conexão. A maioria dos domicílios não conectados é pobre: por exemplo, na Argentina, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua e Uruguai, as taxas de acesso em toda a região são mais de 40% mais baixas para o quinto mais pobre da população do que para o quinto mais rico.
- 4.20 *Frequentemente há falta de informação ou excesso de burocracia. Algumas empresas de serviços públicos oferecem pouca orientação sobre como os domicílios podem se*

conectar ao sistema de esgoto, ou fornecem orientações pouco claras ou inúteis; outras simplesmente deixam que os domicílios se conectem por conta própria. Os processos de algumas empresas são excessivamente complicados, e muitas autoridades exigem documentação demais. Além disso, menos de um terço da população mundial possui direitos legalmente registrados sobre suas terras e moradias, criando mais barreiras.

- 4.21 *Normas sociais ou falta de incentivos podem desestimular os domicílios a se conectarem. Se líderes comunitários e outras figuras influentes não se conectam ao esgoto, outros podem sentir que também não precisam se conectar. Muitos domicílios já possuem algum tipo de solução sanitária instalada e podem não compreender os impactos negativos para a saúde e o meio ambiente. Essa falsa sensação de segurança pode gerar aversão ao risco diante da mudança.*
- 4.22 *Mas não apenas é fundamental para o bem-estar físico e econômico dos residentes a eliminação segura das águas residuais de todas as partes de uma cidade, como também é importante para a cidade como um todo. Se os residentes estão demasiadamente doentes para trabalhar, as cidades terão menor produtividade econômica. Se a saúde pública é deficiente, haverá maior demanda por serviços médicos essenciais. Se as cidades são insalubres, perdem-se oportunidades de recreação e turismo. E, se os lares não se conectam às redes de esgotamento, as estações de tratamento de águas residuais que recebem esses esgotos ficarão sobrecarregadas e não funcionarão adequadamente, afetando negativamente a sua eficiência operacional.*
- 4.23 *Além disso, se os domicílios não estão conectados e, portanto, não pagam as tarifas de esgoto, a empresa de serviços públicos que administra as redes de esgoto e as estações de tratamento recebe menos receitas, o que pode conduzir a uma operação inadequada e a uma manutenção postergada da infraestrutura de esgotamento e da própria estação de tratamento, e ao seu eventual deterioro,*



de modo que a contaminação ambiental de uma comunidade e a saúde pública associada sejam ainda mais afetadas.

4.24 *Portanto, conectar os domicílios não conectados às redes de esgotamento pode proporcionar à sociedade numerosos e variados benefícios.*

4.25 *Os projetos de investimento frequentemente se concentram demasiadamente nas tubulações e insuficientemente nas pessoas. Os domicílios deveriam participar das primeiras etapas do processo de desenho de um novo projeto de esgotamento sanitário ou de desenvolvimento de um programa de conexão ao esgoto, e essa participação deveria estar a cargo de quem possui credibilidade e capital social na comunidade. Como resultado desse trabalho de divulgação, os domicílios devem estar plenamente conscientes de todas as oportunidades e implicações de ter uma conexão ao sistema de esgoto, e deve-lhes ser dado espaço para expor suas necessidades e preferências específicas. As lições extraídas desse trabalho de divulgação devem moldar as soluções empregadas no programa de esgotamento sanitário. Em primeiro lugar, é necessário iniciar conversas antes de começar o desenho e, naturalmente, antes de iniciar a escavação.*

4.26 ***Em segundo lugar, é preciso mudar a mentalidade de “a última milha” para “os últimos metros”.*** É necessário, mas não suficiente, fornecer a infraestrutura pública de esgotamento às comunidades; as conexões entre as redes públicas e os domicílios são igualmente importantes. Chegar aos últimos metros significa compreender por que tantas conexões estão inativas, obstruídas ou sequer existem, e eliminar os gargalos que causam essas situações. Também significa avaliar proativamente as situações em que as conexões domiciliares são viáveis, mas não existem, e desenvolver uma abordagem para compreendê-las e solucioná-las. E isso significa ser inovador e adaptável, analisando opções não convencionais para conectar os domicílios e trabalhando com todo o leque de partes interessadas para ajudar a identificar e

oferecer soluções flexíveis que permitam que todos os domicílios se conectem. A adoção dessas abordagens ajudará a garantir que todos os domicílios que tenham potencial para se conectar ao sistema de esgotamento terminem conectados.”

4.27 Existe, no projeto figurado do nosso exemplo, um componente das obras propício ao uso do contrato de pagamento por resultados que contribuiria para superar o desafio claramente apresentado na referência anterior: o trabalho social e a construção das conexões domiciliares para conectar as residências e os estabelecimentos comerciais dos beneficiários do programa de saneamento às redes secundárias do projeto.

4.28 O uso de um contrato que pague por resultados as conexões domiciliares executadas pelo Empreiteiro das redes secundárias assegurará que as demais obras de infraestrutura (redes primárias, estação de tratamento) sejam imediatamente utilizadas para gerar os benefícios do programa de saneamento.

4.29 O uso do contrato por resultados na implementação das conexões domiciliares vem, então, resolver o problema consuetudinário de que as obras de infraestrutura — muito mais atraentes para os Empreiteiros — costumam ser finalizadas enquanto as conexões domiciliares são abandonadas ou executadas tão lentamente que o sistema sequer dispõe de líquido suficiente para testar a eficiência das tubulações e equipamentos associados ao sistema de esgotamento, de modo que os defeitos das obras passam despercebidos ou as garantias dos equipamentos expiram, debilitando a qualidade do sistema antes mesmo da sua entrada em operação.

4.30 Embora simples em termos de execução física, as conexões domiciliares têm uma dificuldade comercial ou social complexa, que deve ser abordada em paralelo à execução.

4.31 As seções seguintes discutem o trabalho social associado às conexões domiciliares como elemento fundamental do contrato por resultados.



5. TRABALHO SOCIAL ASSOCIADO ÀS CONEXÕES DOMICILIARES



Além da simples construção física das conexões domiciliares

- 5.1 O objetivo do trabalho social associado às conexões domiciliares que serão pagas por resultados é contribuir para a conexão de todos os imóveis ocupados da sub-bacia ao Sistema de Saneamento. A conexão efetiva da população da área do Projeto ao Sistema de Saneamento é fundamental para que se concretizem os benefícios do Projeto sobre a saúde dessa população, bem como os benefícios ambientais do próprio Projeto;
- 5.2 O sucesso do programa depende, em grande medida, de que a população beneficiária seja envolvida no processo. A população beneficiária deve estar convencida da importância de se conectar ao sistema, deve conduzir todas as suas águas residuais para o sistema e deve estar preparada para utilizar corretamente o serviço, além de estar disposta a pagar por ele. Se os beneficiários não participam do processo, dificilmente cumprirão suas obrigações.
- 5.3 Para isso, é fundamental que a execução das obras seja acompanhada de um programa social consistente, que possa ser elaborado e executado pelo Empreiteiro responsável pela implantação do sistema de esgotamento, e que deverá ser desenhado e implementado com base na metodologia e nas diretrizes básicas de intervenção social estabelecidas pelo Contratante, as quais devem integrar a especificação técnica do Projeto e a modalidade de pagamento por resultados.
- 5.4 No que se refere às tarifas, a responsabilidade por seu desenho, cálculo, estabelecimento e comunicação não está vinculada ao Contrato de implantação do sistema de esgotamento, razão pela qual esse tema não é tratado neste Manual.
- 5.5 A implementação de redes secundárias de esgotamento sanitário requer trabalho estreito com a comunidade. O trabalho social orientado à conectividade tem os seguintes objetivos:
- a) Promover a participação dos beneficiários nos processos de tomada de decisão para a implantação do sistema de esgotamento em cada lote e quadra;
 - b) Apoiar o diálogo social entre a população e as equipes de engenharia do Empreiteiro e do Executor, para definir a melhor alternativa técnica de disposição das águas residuais para cada lote e quadra;
 - c) Promover ações para envolver a população, de forma que 100% dos lares e moradores adiram ao sistema de esgotamento, preferencialmente do tipo condominial⁵;
 - d) Desenvolver Ações Sociais orientadas a aumentar o número de clientes formais com serviços de água e esgotamento – ações para a conectividade universal;

⁵ Neste sistema, ao contrário do sistema convencional, a ligação deixa de ser individual e passa a ser coletiva, ou seja, o condomínio faz uma ligação ao sistema público de coleta (rede pública). A coleta em cada condomínio é feita através do chamado ramal condominial.



- e) Desenvolver diálogo social orientado à mudança de comportamento em relação ao uso do sistema e à sua sustentabilidade comercial; e
- f) Orientar a população sobre o uso adequado do sistema de esgotamento da cidade, contribuindo para a sua sustentabilidade..

5.6 As atividades devem ser executadas com participação comunitária, quando apropriado, conforme os documentos operativos do Programa, levando em consideração aspectos como:

- a) empoderamento econômico das mulheres;
- b) inclusão de população diversa (LGBTQ+, pessoas com deficiência, afrodescendentes); e
- c) incorporação de soluções que contribuam para a resiliência frente às mudanças climáticas.

5.7 Todas as ações desenvolvidas no âmbito desta e das demais atividades do Projeto deverão seguir as Metodologias Relevantes do BID, especialmente o Marco de Política Socioambiental, com a devida atenção à EPS 10 – Participação das Partes Interessadas.

Esgoto condominial

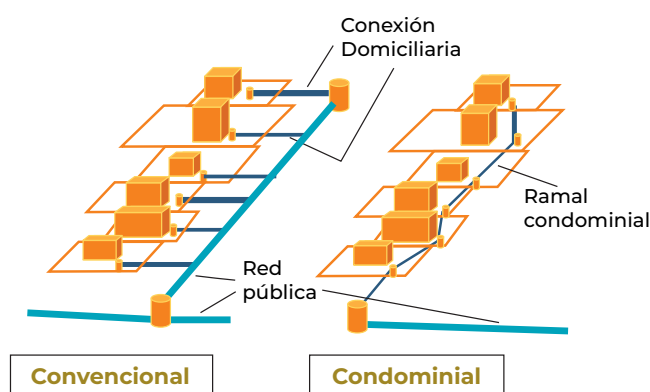
5.8 No contexto da contratação por resultados, este manual promove o uso do modelo de esgotamento condominial, que é uma solução eficiente e econômica de esgotamento sanitário desenvolvida no Brasil na década de 1980 e adotada em diferentes países da América Latina e do Caribe. Esse modelo se baseia fundamentalmente na combinação da participação comunitária com tecnologia apropriada. Esse sistema oferece economias em comparação com os sistemas convencionais de esgotamento devido à menor extensão e profundidade da rede coletora e

ao projeto de microssistemas de tratamento descentralizados.

5.9 O método combina o desenho das quadras urbanas com a participação comunitária, formando um condomínio, semelhante ao que ocorre em um edifício de apartamentos (vertical).

5.10 A rede coletora básica ou pública não é projetada para todas as ruas, como no sistema convencional, mas apenas para algumas delas. Os imóveis se conectam a essa rede pública por meio de uma conexão coletiva em nível de condomínio (ramal condominial), cuja localização, manutenção e execução são acordadas coletivamente em cada condomínio e com o prestador do serviço, a partir de um esquema de divisão de responsabilidades entre o condomínio e o prestador, conforme ilustrado na figura a seguir.

FIGURA 7 Tecnología de Ramais



Fonte: Aspectos Generales y Tipos de Alcantarillado Sanitario, Ing. Pedro E. Ortiz, CONASA, SANAA, Honduras, 2020

5.11 O contrato por resultados para as conexões domiciliares deve prever a obrigação do Empreiteiro selecionado quanto às seguintes atividades e serviços:

- a) Elaboração dos Projetos Executivos de Engenharia do Sistema⁶;

⁶ Com base em projetos básicos, parâmetros de vazão e outros elementos que devem ser fornecidos pelo Contratante como parte do documento de licitação.



- b) Elaboração do Programa de Ação Social⁷;
- c) Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário;
- d) Execução do Programa de Ação Social;
- e) Regularização contratual (levantamento cadastral e comercial do usuário, a satisfação do Contratante) do serviço de abastecimento de água;
- f) Realização do cadastro das conexões executadas e obtenção do documento de adesão dos usuários conectados ao serviço, a ser certificado pela Supervisão;
- g) Operação e manutenção temporária do sistema, desde a implantação até a entrega do esgotamento;
- h) Capacitação da equipe designada pelo Contratante para operar e manter o sistema após a entrega;
- i) Fornecimento dos equipamentos básicos necessários para a operação e manutenção do sistema implantado⁸.

de 18.000 a 19.000 conexões domiciliares. Também deve ser definida uma meta de desempenho mínimo do Empreiteiro, equivalente a 80% da meta mestre. No caso do exemplo: 16.000 conexões domiciliares, que corresponde ao mínimo de conexões que o Empreiteiro deve executar antes que lhe seja pago o valor não reembolsado do contrato ou as retenções, conforme estipulado na modalidade de contrato por resultados.

- 5.14 Dependendo do mecanismo de pagamento adotado no contrato por resultados: a meta de desempenho mínimo de 16.000 conexões pode ser o número de conexões efetivamente realizadas necessário para liberar o pagamento de desempenho do Empreiteiro; em outra forma de pagamento, a meta de desempenho mínimo pode definir o número de conexões domiciliares a partir do qual o Empreiteiro tem direito a uma bonificação, além da devolução das retenções, se aplicável.

Estabelecimento de metas realistas

- 5.12 Meta mestre do Projeto (Meta): A Meta corresponde à quantidade de conexões efetivas ao Sistema que devem ser alcançadas pelo Projeto ao final do período de verificação de desempenho e será estabelecida com base no Projeto Básico do Sistema de Esgotamento Sanitário. No caso do projeto figurado na seção anterior, a meta mestre é de 20.000 conexões.
- 5.13 Não se pode pretender, de forma realista, que 100% das conexões domiciliares incluídas na meta mestre sejam alcançadas durante o período de execução contratual das obras secundárias de saneamento. Por esse motivo, utiliza-se como marco de conclusão do projeto em execução uma meta denominada “meta de desempenho referencial”, que é, geralmente, 90% ou 95% da meta mestre. No caso do projeto figurado, essa meta de desempenho referencial é

Plano de Ação Social

- 5.15 As medidas de caráter social que devem ser adotadas por um Empreiteiro selecionado para a execução de um contrato por resultados são melhor gerenciadas quando o Empreiteiro prepara, em sua Proposta ou dentro de um prazo de 90 dias após a assinatura do contrato, um Plano de Ação Social (PAS) específico. O PAS deve ser aprovado pelo Contratante e deverá ser executado antes ou durante a implementação das conexões domiciliares, de forma obrigatória.
- 5.16 Durante o processo licitatório, cada Oferente interessado no contrato por resultados deverá apresentar um resumo do que será o PAS. Para assegurar que o PAS seja consistente com as políticas ambientais e sociais normalmente exigidas pelo Banco em projetos dessa natureza, o documento de licitação deve conter diretrizes para a

⁷ Com base nas diretrizes e metodologia, conforme mencionado anteriormente, que também devem ser fornecidas pelo Contratante como parte do documento de licitação.

⁸ Inclui veículos e equipamentos para limpeza e desobstrução de coletores.



preparação do PAS. Nesta seção, são desenvolvidas essas diretrizes.

5.17 O Oferente de cada lote deverá apresentar uma guia ou resumo do seu PAS. Esse resumo poderá ser objeto de avaliação técnica e pontuação. Dentro de 90 dias a partir da data de Início de cada Contrato, cada um dos Empreiteiros selecionados deverá finalizar o PAS — e obter a aprovação do Contratante ou do Engenheiro (dependendo do tipo de contrato utilizado) — contendo as ações que devem ser realizadas como suporte ao trabalho social em conectividade. Essas ações incluem promoção social, educação ambiental, articulação comunitária e formação de redes, aproveitando a oportunidade de utilizar o saneamento como fator de desenvolvimento

social. Além disso, deverão ser estabelecidas ações de comunicação para promover o projeto na cidade, divulgar o avanço das obras e integrar as ações sociais.

5.18 O conteúdo mínimo do resumo do Plano de Ação Social que deve ser apresentado pelos Oferentes poderá se basear (observação: não deve copiar o texto destas seções nem simplesmente apresentá-lo na Proposta — o resumo deve conter valor agregado do Oferente, pois será avaliado com pontuação) nas disposições tratadas a seguir. O Empreiteiro selecionado em cada lote deverá complementar e aperfeiçoar o PAS antes da Data de Início das Obras. Devido à sua importância, na seção seguinte discute-se mais detalhadamente o conteúdo do PAS.



6. GUIA DO PLANO DE AÇÃO SOCIAL NAS CONEXÕES POR RESULTADOS



Conhecimento da realidade local

- 6.1 Conhecer a realidade local é um ponto de partida essencial para a execução de todas as atividades do processo. É a partir desse conhecimento — que é a fonte principal de informações — que devem ser baseadas as decisões e a estruturação do projeto social voltado à conectividade.
- 6.2 Esse conhecimento pode ser obtido por diferentes métodos e instrumentos técnico-sociais criativos, buscando identificar adequadamente a população beneficiária, as condições de vida relacionadas ao saneamento, as características dos imóveis e de suas instalações sanitárias, assim como o território onde se inserem.
- 6.3 Deve-se levar em conta a natureza dos dados relativos ao conhecimento da realidade local, já que revelam a identidade da população beneficiária (quem são?); suas expectativas sobre a intervenção prevista (o que pensam?); e como resolvem a questão das águas residuais domésticas (qual é o seu destino?).
- 6.4 O Empreiteiro deverá analisar todos os dados da realidade local que são disponibilizados no processo de licitação e no Data Room da licitação de macroinfraestrutura, e realizar quaisquer outras consultas que considerar oportunas. É importante que a análise da realidade forneça a informação necessária para ajustar o Programa de Ação Social à realidade local, com o objetivo de trabalhar pela conectividade.
- 6.5 O primeiro estudo, o de maior impacto no público-alvo, tem como objetivo caracterizar o perfil socioeconômico da população beneficiária. Para isso, utilizando uma amostra aleatória simples, tendo o número de domicílios da área de intervenção do projeto como universo, será aplicado um questionário socioeconômico centrado na situação de ocupação do domicílio, na composição familiar, nos serviços básicos acessados pelos residentes, no orçamento familiar, na organização social etc. Trata-se de variáveis que, devido à natureza do projeto, ajudarão a revelar as particularidades que envolvem o processo de sensibilização social.
- 6.6 O segundo estudo, de caráter qualitativo, pretende captar as percepções da população sobre o processo de implantação do sistema de esgotamento sanitário condominial.
- 6.7 Nesse sentido, as entrevistas com diferentes grupos de interesse (líderes comunitários, comerciantes, profissionais da saúde e da educação, organizações sociais etc.) permitirão conhecer diferentes opiniões sobre o futuro sistema de esgotamento condominial, destacando seus benefícios e eventuais conflitos do ponto de vista da população. Devido à natureza do projeto, outro tema a ser destacado é o meio ambiente.
- 6.8 O trabalho social inclui a regularização do abastecimento de água (levantamento cadastral e comercial do usuário); o êxito dessa gestão se reflete na assinatura, pelo beneficiário, de um contrato de fornecimento de água com a empresa de abastecimento correspondente.



6.9 As ações que o Empreiteiro deverá empreender incluem:

- a) Análise da Pesquisa com amostra de Caracterização Socioeconômica da População e outros estudos relacionados ao território.
- b) Realização de uma investigação qualitativa sobre as percepções do projeto.
- c) Realização de entrevistas, rodas de conversa e reuniões para coleta de informações.
- d) Elaboração de uma base de dados.

Participação das Partes Interessadas e Divulgação de Informação

6.10 As ações de mobilização da população têm como objetivo divulgar o programa e apoiar os usuários na adesão ao Sistema de Esgotamento Sanitário Condominial. Portanto, as atividades visam mobilizar esses usuários para fomentar a participação direta e representativa dos residentes em todo o processo de intervenção proposto para as áreas e preparar as comunidades para que participem da discussão sobre o projeto de esgotamento condominial em suas quadras, como parte de uma estratégia de ação. Cada comunidade é singular e única, com sua própria história, dinâmica e identidade.

6.11 As pesquisas, nas quais será conhecido o perfil dessa população, servirão de apoio para o desenvolvimento dessas atividades. Nesta etapa de participação das Partes Interessadas, as atividades envolvidas incluem:

- a) identificação e mapeamento de organizações locais, comunitárias e autoridades públicas;
- b) Reuniões de coordenação institucional com autoridades públicas locais e organizações sociais: reuniões com prefeitos, secretários e outros órgãos administrativos para informá-los sobre o programa, as ações do projeto, apresentar normas etc. Especial ênfase deve ser dada aos Departamentos de Educação e Saúde,

que são importantes recursos humanos para o processo de mobilização;

- c) Reuniões com Líderes Comunitários por comunidade e/ou bairro;
- d) Reuniões com Organizações Sociais, com o objetivo de experimentar, aperfeiçoar e legitimar o projeto;
- e) Assembleias por comunidades e/ou bairros para apresentar o programa — atividade que conclui a legitimação do projeto.

Reuniões com os líderes

6.12 Os líderes são as referências que a comunidade possui para fazer perguntas, apresentar reclamações e sugestões e, em certo sentido, representam seus moradores. Portanto, é de suma importância realizar uma ou mais reuniões intermediárias com os líderes, dependendo da necessidade.

- a) Realizar reuniões com a população em locais públicos de fácil acesso para apresentar o Projeto de Esgotamento Sanitário Condominial;
- b) Estabelecer parcerias entre órgãos públicos, ONGs, clubes de serviço e sociedade civil para a realização de ações integradas, com o objetivo de fortalecer o potencial local, promover a coordenação e contribuir para a continuidade das ações;
- c) Realizar reuniões com líderes locais (formadores de opinião) para sensibilizar e divulgar o projeto;
- d) Visitar os domicílios ao longo dos trechos em construção para informar a população sobre o avanço dos serviços, os impactos da obra e captar as demandas sociais;
- e) Planejar e executar ações de atendimento comercial à população, em articulação com a empresa de abastecimento de água, para ampliar a formalização de contratos e regularizar clientes com histórico de inadimplência;
- f) Desenvolver ações que promovam o desenvolvimento profissional das pessoas de baixa renda que vivem na área do projeto, com vistas a aumentar a



renda familiar e, assim, facilitar o pagamento pelos serviços de esgotamento.

6.13 Ações de mobilização social, interlocução e mediação:

- a) Integração da comunidade – Promoção de encontros com o uso de ferramentas lúdicas e temáticas para integrar a comunidade.
- b) Gestão Integrada e Participativa – Definição do fluxo de gestão das atividades que envolvem a participação ativa da comunidade, incluindo o fluxo de encaminhamento de demandas, caso existam.
- c) Ações preparatórias para o início da construção – Organização da participação comunitária, incluindo mobilização social e definição das ferramentas para o acompanhamento do projeto.
- d) Reuniões ampliadas de apresentação das ações – Planejamento e organização de reuniões sistemáticas para apresentação das ações em diferentes etapas às famílias, utilizando estratégias de participação ao longo de toda a atividade.
- e) Círculos de conversa – Organização de reuniões com as partes interessadas para discutir o progresso das ações.
- f) Reuniões de Governança e Gestão Pública – Participar e atuar em reuniões de órgãos de governança e reuniões com organismos públicos, com a responsabilidade de produzir registros audiovisuais e evidências de realização e participação.
- g) Visitas às áreas de reconhecimento das obras – Promoção de visitas guiadas com equipe técnica e facilitadores, incluindo uma pausa para perguntas e um encerramento com avaliação, escuta ativa e recomendações.
- h) Visitas de acompanhamento – Realização de acompanhamento individualizado das famílias de sua carteira, em intervalos regulares.

Ações Orientadas à Conectividade

6.14 O Empreiteiro deverá:

- a) Realizar levantamento cadastral e comercial para regularizar a situação do serviço de água potável;
- b) Realizar assembleias de condôminos para apresentar as alternativas técnicas de implantação das ampliações e conexões, e obter a adesão dos moradores da quadra ao projeto. Essas reuniões devem ser conduzidas por técnicos das áreas de engenharia e social;
- c) Visitar os domicílios ao longo dos trechos em construção para informar a população sobre o avanço dos serviços, os impactos da obra e captar as demandas sociais;
- d) Planejar e executar ações de atendimento comercial à população, em articulação com a empresa de abastecimento de água, para ampliar a formalização de contratos e a regularização de clientes com histórico de inadimplência;
- e) Desenvolver ações que promovam o desenvolvimento profissional das pessoas de baixa renda que vivem na área do projeto, com vistas a aumentar a renda familiar e, assim, facilitar o pagamento pelos serviços de esgotamento.

Directrices para la celebración de reuniones condominales

Promover a regularização dos contratos de água potável

- 6.15 O Empreiteiro deverá dispor de tudo o que for necessário para incentivar que o usuário regularize o uso da água potável e que os beneficiários assinem o contrato de água como condição prévia à matéria de saneamento.

Apresentação das possibilidades técnicas

- 6.16 O Empreiteiro deve fornecer recursos visuais (faixas, cartazes, maquetes reduzidas, projetores e outros materiais) para facilitar à comunidade a compreensão dos elementos técnicos que serão discutidos (ramal, caixa de inspeção, caixa de gordura, etc.).



Formalização da adesão

- 6.17 Após a reunião da comunidade na quadra, fixa-se uma data com o representante para a entrega do Acordo de Adesão, assinado pelos moradores, no qual se define a alternativa de ampliação do condomínio e, consequentemente, os direitos e deveres das partes envolvidas.
- 6.18 Na reunião comunitária, alguns moradores costumam assinar o acordo. Os demais residentes que não assinaram durante a reunião, assim como aqueles que não compareceram, devem ser contatados individualmente para coleta de suas assinaturas. Serão promovidos formatos de assinatura digital, pelos quais os Empreiteiros são responsáveis por cumprir os protocolos estabelecidos pelo Contratante.
- 6.19 Devem ser previstos possíveis mudanças de opção que possam ocorrer até a finalização do ramal; por isso, torna-se necessária a coleta novamente das assinaturas dos moradores cujos ramais tenham sofrido alteração.
- 6.20 Essas atividades requerem contatos individuais com alguns moradores para esclarecimentos adicionais, bem como para resolver impasses. Este é um ponto fundamental de todo o processo, pois garante a adesão dos moradores e permite avançar para a fase seguinte, que é a elaboração da nota de serviço.
- 6.21 O desenvolvimento de uma metodologia teórica de trabalho social orientada à aceitação dos sistemas de saneamento pela população requer um plano estratégico sólido.
- 6.22 A seguir, apresenta-se uma estrutura geral para uma metodologia teórica:
- a) Compreender o contexto local
 - b) Realizar um estudo detalhado do contexto local, incluindo fatores culturais, econômicos, sociais e ambientais que

possam influenciar a aceitação dos sistemas de saneamento.

- c) Identificar os principais interessados e atores envolvidos no processo.
- d) Estabelecer objetivos

- 6.23 Definir claramente os objetivos do trabalho social, que podem incluir sensibilizar, melhorar a compreensão, promover a participação e, em última instância, garantir a aceitação dos sistemas de saneamento.

Desenvolver estratégias de comunicação

- 6.24 Com base na revisão bibliográfica e na compreensão do contexto local, desenvolver estratégias de comunicação eficazes para transmitir informação sobre os sistemas de saneamento à população, considerando o uso de abordagens multicanal, como reuniões comunitárias, material impresso, meios digitais, rádio comunitária e redes sociais.

- a) Avaliação de barreiras e facilitadores
- b) Identificar as barreiras que podem estar impedindo a adoção de sistemas de saneamento, assim como os fatores facilitadores que podem promover essa adoção.
- c) Considerar questões como custos, impactos ambientais, acesso, saúde pública e aspectos culturais.
- d) Avaliação de impacto
- e) Aplicar indicadores de avaliação para medir o impacto das estratégias de comunicação e da participação da comunidade.
- f) Avaliar periodicamente a eficácia das ações em relação aos objetivos estabelecidos.

- 6.25 O PAS é um documento dinâmico que deve ser objeto de adaptação contínua:

- a) Com base nos resultados da avaliação, ajustar as estratégias e atividades conforme necessário.
- b) Manter um processo contínuo de diálogo e adaptação para garantir que o trabalho social esteja alinhado com as necessidades e preocupações da comunidade.



6.26 Os passos descritos anteriormente constituem uma metodologia teórica, e sua implementação prática pode variar dependendo do contexto específico. É essencial adaptar as estratégias de acordo com as características e os desafios da comunidade destinatária e dos problemas de saneamento em questão.

Educação Sanitária e Ambiental

6.27 Esta parte do PAS do Empreiteiro deve apoiar o projeto de esgotamento sanitário e fomentar uma cultura de responsabilidade ambiental e práticas sustentáveis entre os residentes e visitantes da cidade.

- a) Desenvolver e implementar ações de educação sanitária e ambiental junto à população e nas escolas, com o objetivo de promover uma mudança de atitude em relação ao uso racional da água, à utilização adequada do sistema de esgotamento sanitário e à preservação de córregos e rios;
- b) Implementar cursos básicos, oficinas e palestras para agentes de saúde, líderes sociais e professores, a fim de formar Multiplicadores Ambientais;
- c) Elaborar um plano de ação de educação sanitária e ambiental para apoiar um projeto de esgotamento sanitário em uma cidade costeira, elemento essencial para garantir a eficácia do projeto e promover a conscientização ambiental na comunidade.

6.28 O plano deve ser abrangente e incluir atividades educativas, de sensibilização e de participação comunitária:

» Programas educativos y oficinas

- Escolas: Executar programas educativos nas escolas, incluindo atividades interativas e projetos científicos relacionados ao saneamento e ao meio ambiente.
- Comunidade: Organizar oficinas para adultos sobre práticas sustentáveis de saneamento e sua importância para a saúde pública e para o meio ambiente.

» Atividades de sensibilização

- Mutirões de limpeza de praias (quando aplicável): Promover mutirões de limpeza de praias para sensibilizar sobre o impacto do lixo e das águas residuais no ecossistema marinho.
- Exposições e feiras: Organizar exposições e feiras ambientais para apresentar informações sobre o projeto de saneamento e seus benefícios.

» Parcerias e colaborações

- Parcerias locais: Estabelecer parcerias com ONGs ambientais, universidades e empresas locais para obter apoio e recursos.
- Incentivos para empresas locais: Fomentar práticas sustentáveis de saneamento em hotéis, restaurantes e outros empreendimentos.

» Monitoramento e avaliação

- Opinião da comunidade: Coletar periodicamente opiniões da população para avaliar a eficácia das atividades educativas e ajustar as estratégias conforme necessário.
- Indicadores de impacto: Monitorar indicadores como níveis de participação nas atividades e mudanças na percepção pública sobre saneamento.

» Sustentabilidade e continuidade

- Programas permanentes: Garantir a continuidade dos programas educativos e de sensibilização.
- Relatórios e comunicação: Manter a comunidade informada sobre o programa.
- Enfoque cultural e social: Assegurar que todas as atividades respeitem a cultura local e se adaptem ao contexto social da cidade costeira.
- Transparência e abertura: Manter comunicação transparente e aberta com a comunidade para gerar confiança e garantir apoio contínuo ao projeto.



Plano de Comunicação Social

6.29 A comunicação desempenhará um papel importante na divulgação de informações sobre as obras, o avanço das ações e como estratégia de disseminação de informações em apoio ao trabalho social de conexão ao sistema de esgotamento sanitário e à participação comunitária.

6.30 O trabalho de comunicação deverá estar centrado no desenvolvimento de ações de informação por meio do marketing institucional, bem como na divulgação da assistência social, do projeto e de seus benefícios sociais nos meios de comunicação disponíveis na localidade (como rádios comunitárias, por exemplo), garantindo que toda a população tenha conhecimento das ações do programa.

6.31 O ponto principal do plano de comunicação é definir e implementar estratégias e mecanismos de informação e divulgação do Programa e da empresa prestadora do serviço, de maneira que se garanta a compreensão por parte de todos os beneficiários e se facilite a conexão com o modelo de saneamento a ser implantado.

6.32 A gestão da comunicação deve ser compartilhada entre cada Empreiteiro por lote, o Supervisor das Obras, os Empreiteiros de outros lotes (quando aplicável) e o Contratante. Não deverá ser realizada qualquer ação de comunicação institucional sem consulta ou coordenação com os demais atores mencionados.

6.33 A equipe técnica — especialmente os profissionais de comunicação — deverá apresentar um plano de trabalho para execução das atividades de comunicação previstas. O desenvolvimento desta parte do plano deve contemplar as seguintes atividades:

- a) Caracterizar a estratégia de comunicação do programa;
- b) Elaborar os materiais de divulgação;
- c) Definir os mecanismos de interação com grupos e municípios;

- d) Estruturar e operacionalizar a base de dados, bem como realizar o acompanhamento e a avaliação.

Estratégia de Comunicação

6.34 A comunicação deve manter um fluxo contínuo e uma periodicidade constante, estabelecendo rotinas de aproximação e interação com a comunidade.

6.35 Devem ser criados e continuamente alimentados canais de recebimento de informações e consultas sobre o programa, por meio dos quais se facilite permanentemente o acesso às informações sobre as obras, seja presencialmente ou a distância.

6.36 Será necessário utilizar diversos mecanismos de comunicação ao longo das diferentes fases de execução do projeto. É importante que esses mecanismos utilizem linguagem e informações adequadas para cada público-alvo.

6.37 As ferramentas poderão incluir:

- a) As características gerais das áreas de intervenção, sua localização e os principais benefícios que serão obtidos;
- b) Os estudos socioambientais realizados e os principais impactos e programas de mitigação/compensação previstos;
- c) Divulgação dos canais de atendimento;
- d) Divulgação da importância de conectar-se de forma consciente aos sistemas de saneamento que serão implantados, destacando as vantagens e reforçando o trabalho social orientado à conectividade;
- e) Localização das intervenções e obras, ação social e divulgação de suas atividades, suas características específicas (cronogramas, métodos construtivos, áreas de apoio, plano de ataque das obras etc.); além da atualização das ações previstas nos planos socioambientais para controle e mitigação de impactos;



Mecanismo de Reparação de Reclamações⁹ (MRR)

6.38 O Mecanismo de Reclamações é uma estratégia fundamental na participação das partes interessadas, conforme as diretrizes da EPS 10 do Marco de Política Socioambiental do BID.

6.39 O desenvolvimento do MRR para o projeto de redes secundárias será responsabilidade do Supervisor das Obras e incluirá uma ferramenta destinada a organizar e sistematizar as informações, que deverá ser constantemente atualizada com dados e registros sobre as interações previstas, os procedimentos adotados diante dos problemas identificados e as medidas que serão tomadas para mitigá-los ou compensá-los. Em toda essa organização, o Empreiteiro de cada lote deverá cooperar e colaborar na gestão do MRR..

6.40 Os Canais de Atendimento concentrarão as demandas atendidas pela equipe técnica e a gestão das reclamações apresentadas pelos cidadãos referentes às obras e às atividades realizadas. O Mecanismo de Reparação de Reclamações incluirá um registro organizado e permanentemente atualizado, contendo todas as reclamações recebidas e todas as ações de gestão realizadas até a resposta final — incluindo a retroalimentação — devidamente registrada e comprovada por escrito pela pessoa física ou jurídica reclamante.

6.41 Como estratégias operacionais para implementar o plano de comunicação social, sugerem-se as seguintes ações:

- a) Disponibilizar um número de contato via WhatsApp para o atendimento ao público. Este será um canal direto com a população. O número será utilizado para agendar reuniões, atendimentos presenciais e contatos com a equipe social; também servirá como canal para apresentação de queixas e sugestões;

- b) Criar uma linha telefônica fixa para atendimento da população, permitindo acesso ao serviço mesmo sem conexão à internet;
- c) Produzir materiais de comunicação físicos e digitais para distribuição entre o público-alvo do projeto;
- d) Divulgar as etapas das obras por meio do portal institucional de notícias e da imprensa local, utilizando também redes sociais e outros meios de comunicação da administração municipal;
- e) Produzir notícias que abordem, além das etapas, os benefícios das obras, como elas impactarão a vida das pessoas e como a comunidade está percebendo essa transformação na realidade local, sempre utilizando esse material como parte do fluxo regular de comunicação;
- f) Produzir conteúdos para redes sociais, como cards, stories e vídeos, utilizando — sempre que possível — personagens locais para reforçar o caráter social das obras, bem como divulgar o impacto do empreendimento na sociedade como um todo;
- g) Utilizar outros meios de comunicação institucional, como podcasts e TV, para produzir e divulgar amplamente cada etapa das obras e suas melhorias correspondentes, assim como o impacto dessas intervenções na sociedade em geral.

Processos de Finalização

6.42 Visitar todas as propriedades após a implementação do sistema condominial para:

- a) Verificar se o imóvel está conectado ao sistema de esgotamento sanitário;
- b) Entregar material de orientação sobre o uso adequado do sistema;
- c) Realizar uma pesquisa para avaliar o nível de satisfação da população beneficiada.

⁹ Mecanismo de atendimento a reclamações e queixas.



Acompanhamento dos Serviços Sociais

- 6.43 O acompanhamento das ações é uma condição necessária para garantir a coerência das avaliações de resultados e impactos. É importante assegurar que, ao longo do projeto e do desenvolvimento das ações sociais, existam instâncias e instrumentos de planejamento para o monitoramento permanente, envolvendo os diversos agentes responsáveis pela ação, tanto as equipes técnicas sociais quanto as da área física.
- 6.44 Além do acompanhamento integrado sob a perspectiva das equipes, é fundamental garantir o monitoramento e a avaliação participativos por parte da população e seus representantes, de modo a incorporar os sujeitos que são a base das ações propostas, fortalecendo o processo de aprendizagem social. Nesse sentido, é necessário estabelecer claramente os instrumentos que serão utilizados para documentação e monitoramento, os indicadores de avaliação e os meios e prazos para cada fase.
- 6.45 Também é importante que os indicadores de acompanhamento e avaliação sejam formulados considerando não apenas o processo, mas também os resultados em termos dos objetivos estabelecidos para cada ação. Isso garante que sejam definidos os critérios que realmente importam no processo de avaliação:
- a) Eficácia: relação entre os objetivos e os resultados alcançados.
 - b) Eficiência: relação entre os objetivos, os resultados obtidos e os meios utilizados.
 - c) Adesão: referente ao grau de adesão ao projeto por parte dos diferentes atores e agentes.
 - d) Pertinência: relativa à definição da finalidade e da necessidade da ação.
 - e) Confiabilidade: relacionada à segurança de que existe qualidade e estabilidade nas informações e nos resultados obtidos.
 - f) Estabilidade: garantia de que os resultados não variam em função do avaliador.
- g) Validade: garantia de que os instrumentos utilizados medem, de fato, aquilo que se propõem a medir.
 - h) Equidade: relacionada aos níveis de igualdade na distribuição de oportunidades e recursos.
- 6.46 O Empreiteiro deve exigir que a empresa consultora responsável pela execução do PAS-C entregue e apresente o Plano de Trabalho, Monitoramento e Avaliação, contendo a metodologia proposta e o cronograma geral estimado. O Empreiteiro deverá, por sua vez, encaminhar essa documentação ao Supervisor das Obras (ou ao Engenheiro, conforme aplicável) e ao Contratante.
- 6.47 O PAS deve incluir uma proposta para a realização das intervenções ao longo de todo o período do Programa, contendo a metodologia para as atividades previstas, o cronograma de execução e o cronograma de entrega dos produtos solicitados.
- 6.48 Criação de um marco de indicadores sociais e acompanhamento do Programa — elaboração de um conjunto de indicadores sociais que permita o monitoramento e a avaliação do desempenho e dos resultados das intervenções de desenvolvimento social. Esse marco de indicadores deve ser validado pela empresa de supervisão.
- 6.49 Realização de reuniões de acompanhamento com a empresa supervisora ou com o Engenheiro do contrato; essas reuniões devem ocorrer mensalmente e têm como objetivo acompanhar os produtos desenvolvidos e o andamento dos trabalhos.
- 6.50 Compatibilizar o Plano de Trabalho com a realidade da comunidade:
- a) Apresentar o planejamento das atividades semanais, conforme o Plano de Trabalho, para o acompanhamento das ações;
 - b) Apresentar a metodologia de Trabalho Técnico e Social em sincronia com as ações da empresa Empreiteira e do supervisor de obras;



- c) Realizar reuniões periódicas com as equipes social e de engenharia para analisar a eficiência da abordagem, visando alcançar as metas de adesão;
- d) Receber, registrar e analisar queixas, elogios e reclamações, bem como realizar o acompanhamento e informar ao reclamante sobre as medidas adotadas;
- e) Realizar um registro fotográfico cronológico das unidades residenciais, em razão da possibilidade de ocorrência de danos ou alterações no imóvel durante a execução dos trabalhos.



7. MECANISMOS DE PAGAMENTO DO CONTRATO POR RESULTADOS



- 7.1 No caso das conexões domiciliares, têm sido observadas duas formas de pagamento em contratos por resultados. A primeira forma de pagamento é a utilizada pela SABESP, na qual aproximadamente 30% do valor do contrato é pago ao Empreiteiro de forma proporcional ao número de conexões-meta efetivamente executadas pelo Empreiteiro. Evidentemente, se o Empreiteiro não atingir a meta de conexões domiciliares, uma parcela do contrato deixará de ser paga, causando prejuízo ao Empreiteiro, pois ele deixará de receber o reembolso de investimentos já realizados. O incentivo é muito forte para concluir as obrigações relacionadas ao número de conexões domiciliares pactadas.
- 7.2 No caso descrito, o incentivo para completar as conexões domiciliares reside no fato de que o custo efetivo das conexões (e do trabalho social associado) é provavelmente inferior ao valor equivalente aos 30% do contrato reservado para os pagamentos por resultados. Assim, o Empreiteiro deixa de receber uma parte da remuneração pelas obras principais de infraestrutura sanitária até que conclua as conexões domiciliares. Em outras palavras: o Empreiteiro somente receberá o pagamento diferido de parte dos investimentos realizados se completar as conexões domiciliares, que geralmente representam o componente menos atrativo financeiramente do contrato de obras sanitárias. Esta forma de pagamento foi aplicada com sucesso em São Paulo em diversas ocasiões.
- 7.3 Uma das críticas feitas a esse mecanismo de pagamento é que a proporção de aproximadamente 30% a ser paga contra resultados seria excessivamente alta para pequenos e médios Empreiteiros, que estariam financiando temporariamente, com recursos próprios, parte das obras de infraestrutura (redes primárias ou redes secundárias e suas estações elevatórias, quando aplicável) enquanto não alcançam os resultados das conexões domiciliares e, portanto, não recebem o pagamento correspondente.
- 7.4 A segunda forma de pagamento por resultados busca atender ao interesse de permitir a participação de pequenos e médios Empreiteiros nas obras de infraestrutura sem que sofram prejuízos financeiros temporários. Se um Empreiteiro enfrenta dificuldades de fluxo de caixa relacionadas aos investimentos principais, o risco de paralisação das obras é muito elevado; por isso, mantendo-se o incentivo, o pagamento pelas conexões domiciliares deve ocorrer de maneira mais rápida e diretamente associada ao avanço das conexões. Considerando esse contexto, uma segunda forma de pagamento por resultados foi desenvolvida pelo INAPA em Santo Domingo e está sendo aplicada em vários lotes de redes secundárias de um projeto de saneamento em Boca Chica, envolvendo milhares de conexões domiciliares pactadas.
- 7.5 Essa segunda forma de pagamento retém apenas 10% do valor do contrato. Esse montante é muito próximo do valor real do trabalho social e das obras de conexão domiciliar, de modo que não gera a mesma pressão financeira provocada pela retenção de 30% do valor do contrato, como ocorre



na primeira modalidade descrita. Os parágrafos seguintes detalham o mecanismo de retenções e pagamentos associado a essa segunda forma de remuneração.

Retenções não associadas aos resultados

- 7.6 Cada uma das estimativas de pagamento (geralmente mensais) de cada Empreiteiro de cada lote será objeto de diversas retenções. Uma delas refere-se à amortização do adiantamento, quando aplicável; outra corresponde à criação do fundo de reparos para os casos em que o Empreiteiro deixe de executar as correções durante o período de notificação de defeitos.

Retenção por Resultados da realização das conexões domiciliares comerciais e físicas

- 7.7 De cada estimativa é realizada uma retenção correspondente a aproximadamente 10% do valor do contrato, destinada a estimular os resultados nas conexões domiciliares. De cada estimativa (geralmente mensal), o Contratante reterá um valor estabelecido nas condições contratuais, a ser devolvido ao Empreiteiro conforme forem certificadas as conexões domiciliares, tanto físicas quanto comerciais.
- 7.8 Metade das retenções por resultados será devolvida aos Empreiteiros de acordo com a emissão das certificações comerciais realizadas pelo Supervisor ou Engenheiro das Obras, proporcionalmente.
- 7.9 A certificação comercial consiste nos seguintes objetivos:
- a) Regularização do contrato de água potável (levantamento cadastral e comercial do usuário);
 - b) Compromisso de permitir a conexão física de águas residuais no momento oportuno;
 - c) Cadastro georreferenciado inserido digitalmente de forma satisfatória para o Supervisor das Obras.

- 7.10 A segunda metade da retenção será devolvida conforme as certificações emitidas pelo Supervisor relativas às conexões físicas de esgoto do imóvel dos usuários, proporcionalmente.

- 7.11 Essa certificação de conexão física será realizada em concordância com o Supervisor ou o Engenheiro das Obras, de modo que corresponda ao nível desejado de avanço da construção das obras de macroestrutura. Em caso de atrasos no avanço das obras de macroestrutura no setor do lote, o Contratante poderá suspender as obras. Entretanto, no caso de suspensão decorrente do desfase construtivo para recebimento das redes secundárias, o Empreiteiro receberá pagamentos razoáveis referentes à segurança e administração das obras suspensas, valores estes a serem determinados pelo Supervisor ou Engenheiro em consulta com o Contratante. Durante a suspensão das obras, o Empreiteiro deverá continuar com os trabalhos sociais de adesão ao sistema de esgotamento sanitário e com a regularização do serviço de água potável.

Método de devolução das retenções

- 7.12 Na sua proposta de licitação, o proponente deve apresentar uma proposta para ambas as parcelas (a certificação comercial e a certificação da conexão física), considerando os três tipos de usuários indicados. Essa proposta inclui o trabalho social necessário.
- 7.13 Após isso, o Empreiteiro selecionado terá uma retenção de 10% em cada estimativa de pagamento, com devoluções realizadas em duas partes de 5% cada. Esses 5% serão devolvidos proporcionalmente à medida que forem entregues as certificações correspondentes.
- 7.14 Como exemplo, considerando um lote com uma oferta com orçamento total (movimentação de terra, assentamento de redes, coletores, conexões, entre outros) de US\$ 2.000, e que inclui 100 conexões (50 do tipo A, 25 do tipo B e 25 do tipo C), teríamos que a retenção a ser devolvida pela certificação comercial de cada conexão equivale a US\$



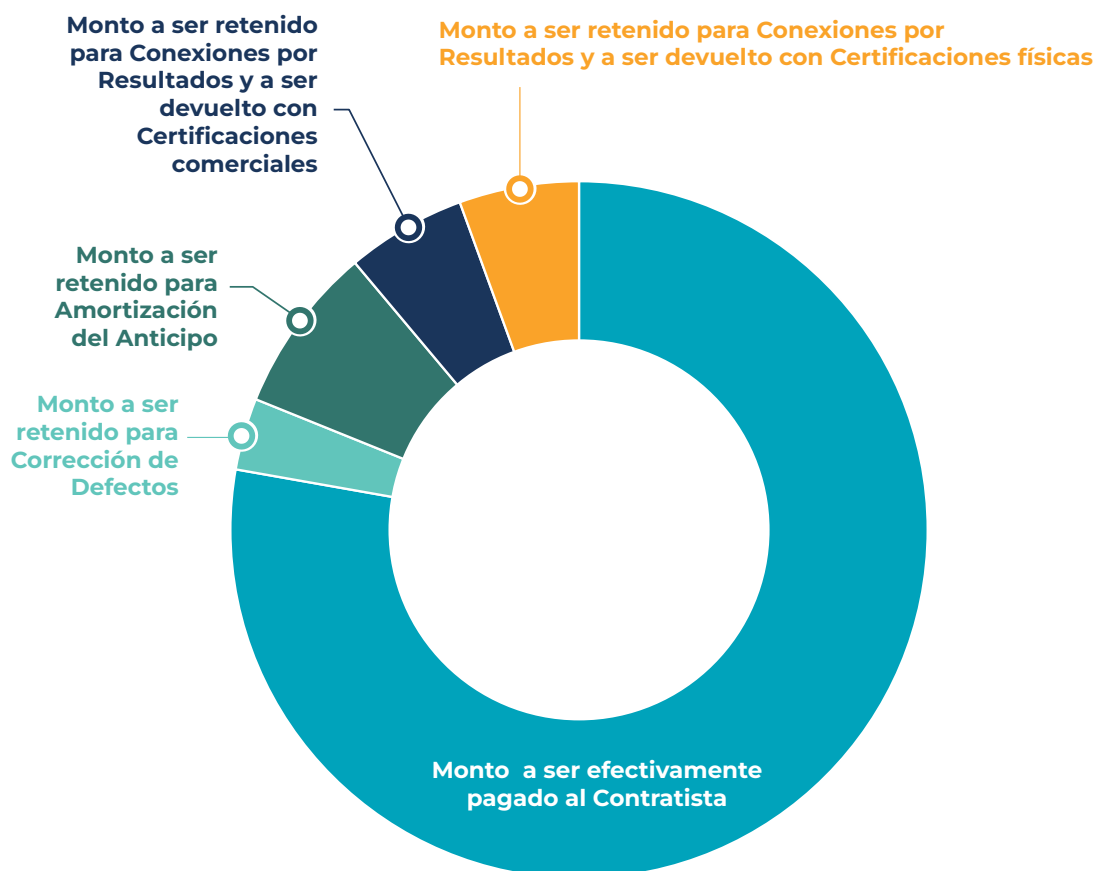
100 (5% de 2.000), o mesmo valor aplicável à devolução correspondente à certificação da conexão física. As tipologias de conexão domiciliar A, B e C mencionadas aqui são explicadas posteriormente neste manual.

- 7.15 Assim, cada unidade certificada — comercial ou física — representaria US\$ 1 a ser devolvido (US\$ 100 / 100 conexões). Ou seja, a devolução será realizada considerando apenas o número total de conexões certificadas, e não a tipologia específica; entretanto, espera-se que o proponente distinga em sua proposta de licitação os diferentes tipos de conexão.
- 7.16 Em outras palavras, o valor a ser cobrado para cada tipo de conexão dependerá da proposta apresentada pelo vencedor da licitação, enquanto o valor correspondente à devolução de cada conexão será exclusivamente função do percentual de 5% retido e do número total de conexões.

7.17 As retenções serão realizadas automaticamente a cada apresentação da estimativa de pagamento. Caso as certificações comerciais avancem mais rapidamente do que o valor retido no momento, os recursos serão liberados automaticamente nas estimativas subsequentes necessárias para equilibrar o montante. Não se espera que as certificações de conexão física criem tal situação, devido à logística necessária e ao alinhamento com o avanço das obras de macroestrutura.

7.18 É importante destacar que, além das devoluções proporcionais, espera-se que o adjudicatário mantenha estrito cumprimento do plano de trabalho, sem atrasar ou postergar as certificações, especialmente as do tipo C. A figura a seguir ilustra os pagamentos e retenções de cada estimativa mensal.

FIGURA 8 Montante a ser pago em cada estimativa e retenções gerais e para pagamentos por resultados



Bônus por conclusão de todas as certificações esperadas

7.19 Como forma de incentivo ao adjudicatário, prevê-se um valor adicional a título de bônus correspondente a vinte por cento (20%) do total retido dos 10% das Retenções Reembolsáveis do valor original do contrato, o qual será pago ao Empreiteiro após a conclusão da entrega das certificações comerciais e físicas para a totalidade dos usuários estipulados no Contrato de Obras.

7.20 O valor do possível bônus será calculado no início da execução, com base no orçamento da proposta vencedora; além disso, inclui-se uma Soma Provisória destinada a esse fim. Trata-se de um pagamento único, a ser efetuado quando forem cumpridas as condições mencionadas para ambas as certificações, referentes ao número total de usuários previstos.





8. TIPO DE INTERVENÇÕES DOMICILIARES

- 8.1 Cada tipo de conexão domiciliar representa uma intervenção com seu próprio grau de dificuldade. Todos os tipos de intervenções devem ser esperados em qualquer um dos lotes nos quais se divide a construção das redes secundárias. O Empreiteiro deverá basear o desenho e os custos do seu Plano de Ação Social de acordo com essa caracterização, que permanecerá invariável ao longo da execução das obras de conexões domiciliares, a menos que o Contratante concorde por escrito de outra forma, em conformidade com as Condições Contratuais aplicáveis. No Anexo são estabelecidas condições especiais utilizadas para permitir ajustes extraordinários na quantidade de cada tipo de intervenção por lote.
- 8.2 Cada conexão domiciliar deverá ser certificada pelo Empreiteiro e aprovada pelo Supervisor ou Engenheiro das Obras, a fim de que o Contratante possa devolver ao Empreiteiro a proporção correspondente do valor retido referente às conexões por

resultados, em cumprimento com o plano de trabalho quanto ao número e ao tipo de conexões, ou mediante autorização expressa do Gerente de Obras. Uma tabela como o exemplo a seguir deverá ser utilizada para determinar se o Empreiteiro de cada lote faz jus ao Bônus por alcançar a totalidade das conexões domiciliares.

Níveis de Complexidade

Nível A – Baixa Complexidade

- 8.3 São beneficiários que têm acesso regular à água, mas carecem de soluções de saneamento que impactam negativamente sua vida cotidiana, embora possuam boas condições financeiras para realizar adaptações no imóvel e/ou pagar as tarifas. Também têm consciência dos problemas causados pela falta de saneamento e entendem que aderir ao sistema proporcionará uma grande melhoria em sua qualidade de vida. Alguns clientes ainda não regularizaram o serviço

EXEMPLO DE TIPOS DE INTERVENÇÃO DOMICILIAR POR LOTE EM BOCA CHICA

Lote No.	Número de Viviendas y Porcentaje por Tipo de Intervención por Lote						
	Número de viviendas (Población 2024, 4 hab./vivienda)	A Simple	%	B Medio	%	C Difícil	%
1	6.457	969	15	4.843	75	646	10
2	6.860	1.029	15	4.802	70	1.029	15
3	4.467	670	15	3.574	80	223	5
4	5.636	564	10	3.945	70	1.127	20

Fuente: Licitación de Redes Secundarias de Boca Chica, INAPA, 2024



de água potável. O Empreiteiro deverá realizar as ações necessárias para que os usuários regularizem o serviço e firmem o contrato de fornecimento correspondente.

8.4 Para este nível, espera-se que o trabalho necessário para contratar a conexão de cada cliente envolva procedimentos mínimos que garantam a transmissão das informações, o conhecimento dos direitos e deveres do cliente e promovam a adesão informada:

- a) visita de sensibilização e orientação integrada à visita técnica para elaboração do projeto do ramal;
- b) visita de sensibilização e convite para reunião de condomínio;
- c) participação em reunião de condomínio realizada no bloco para conhecer a extensão do condomínio ou receber o contrato de adesão ao sistema;
- d) visita ou reunião de sensibilização sobre as normas do programa, as diretrizes comerciais e os fundamentos da educação sanitária e do uso adequado do sistema;
- e) distribuição de pasta com as diretrizes do projeto e pasta contendo o projeto de instalação interna.

Nível B – Média Complexidade

8.5 São beneficiários que têm acesso regular à água, possuem um imóvel com instalações internas que deverão ser conectadas à rede, dispõem de alguma solução de saneamento, mas que gera impacto negativo nos custos de manutenção; têm condições razoáveis para realizar adaptações no imóvel e/ou pagar as tarifas. Também costumam questionar a qualidade dos serviços da empresa, embora reconheçam que existem problemas decorrentes da falta de saneamento e que a adesão ao sistema trará uma melhora significativa na qualidade de vida. Alguns clientes não regularizaram o serviço de água potável. O Empreiteiro deverá tomar as providências necessárias para que regularizem o serviço e firmem o contrato de fornecimento correspondente.

8.6 Para este nível, espera-se que o trabalho para contratar a conexão de cada cliente exija um esforço adicional para garantir que o imóvel seja conectado ao sistema. Além dos procedimentos mínimos, é necessário analisar as barreiras específicas do cliente e realizar visitas e reuniões adicionais para esclarecer dúvidas e superar resistências:

- a) visita de sensibilização e orientação integrada à visita técnica para projetar o ramal;
- b) visita de sensibilização e convite para reunião de condomínio;
- c) participação em reunião de condomínio realizada no bloco para conhecer a extensão do condomínio ou receber o contrato de adesão ao sistema;
- d) visita ou reunião de sensibilização sobre as normas do programa, diretrizes comerciais e fundamentos da educação sanitária e do uso adequado do sistema;
- e) distribuição de pasta com diretrizes do projeto e pasta contendo o projeto de instalação interna;
- f) visita de sensibilização adicional para superar resistências à elaboração do projeto e/ou na ausência do morador à reunião;
- g) visitas adicionais para explicar o projeto, tirar dúvidas e sensibilizar de forma personalizada conforme as barreiras do cliente, visando a assinatura do contrato de adesão.

Nível C – Alta Complexidade

8.7 São beneficiários que podem ou não ter acesso regular à água, possuem um imóvel com instalações internas que devem ser conectadas à rede, contam com alguma solução de saneamento que não gera impactos visíveis e acreditam que o problema já está resolvido; possuem baixa capacidade econômica para realizar adaptações no imóvel e/ou pagar tarifas. Também costumam questionar a qualidade dos serviços da empresa e não compreendem que a falta de saneamento é um problema relevante que precisa ser enfrentado. Alguns clientes não regularizaram o serviço de água potável. O



Empreiteiro deverá realizar as ações necessárias para que os usuários regularizem o serviço e firmem o contrato de fornecimento correspondente.

8.8 Para este nível, espera-se que o trabalho para contratar a conexão de cada cliente exija um esforço significativamente maior. Além dos procedimentos mínimos, é necessário analisar as barreiras específicas e realizar visitas e reuniões adicionais para esclarecer dúvidas e superar resistências:

- a) visita de sensibilização e orientação integrada à visita técnica para projetar a derivação;
- b) visita de sensibilização e convite para reunião de condomínio;
- c) participação em reunião de condomínio realizada no bloco para conhecer a extensão do condomínio ou receber o contrato de adesão ao sistema;
- d) visita ou reunião de sensibilização sobre normas do programa, diretrizes comerciais e fundamentos da educação sanitária e do uso adequado do sistema;
- e) distribuição de pasta com diretrizes do projeto e pasta com o projeto de instalação interna;
- f) até duas visitas adicionais de sensibilização para superar resistência ao projeto e/ou ausência do morador na reunião;
- g) até duas visitas adicionais para explicar o projeto, responder perguntas e sensibilizar de forma personalizada conforme as barreiras do cliente, com o objetivo de firmar o contrato de adesão;
- h) realização de até duas oficinas ou atividades socioeducativas para incentivar a conectividade;
- i) inclusão do cliente no serviço oficial de abastecimento de água.

Ações Sociais Complementares

8.9 Ações Sociais – Definição de ações mínimas que devem ser realizadas como suporte ao trabalho social de conectividade. São ações de promoção social, educação ambiental, articulação e formação de redes,

constituindo uma oportunidade de utilizar o saneamento como fator de desenvolvimento social.

8.10 Ações de comunicação – Ações de comunicação voltadas à promoção do projeto na cidade, à divulgação do avanço das obras e à integração com as ações sociais.

8.11 Os termos apresentarão um conjunto mínimo de ações distribuídas em um cronograma físico-financeiro que acompanhe o ritmo de implantação – como sugestão a ser ajustada pelo Empreiteiro (o que também auxilia em casos de definição de remuneração por esse produto).

TABELA 1 Equipe para o Trabalho Social das Conexões Domiciliares

Por Lote 3 - 18 meses

Equipe de promoção social com foco na conectividade

- 01 Coordenador Geral
- 01 Técnico Social
- 03 Assistentes Técnicos
- 01 Especialista em Banco de Dados
- 01 Motorista

Equipe Plano de comunicação

- 01 Profissional de Comunicação Social
- 01 Designer

Ilustração 3 Modelo de Equipe do Trabalho Social por Lote

Materiais/equipamentos de apoio para ações sociais e oficinas

- » Despesas com impressão de documentos
- » Folheto
- » Pastas / Flyers
- » Faixa/banner
- » Compra de 100 cadeiras de plástico
- » Compra de tenda (3 x 6)
- » Sistema de som com microfone
- » Tela de projeção com tripé (1,8 x 1,8)
- » Projetor
- » Dotação para oficina / atividade educativa – materiais ou contratação de facilitador(a)



Material mínimo de comunicação

- » 01 folheto sobre o projeto e o sistema condominial
- » 01 folheto sobre as obras e o meio ambiente
- » 01 folheto sobre o uso dos sistemas e das instalações internas

Uso de Sistema de Informação

- 8.12 Cada Empreiteiro adjudicado deverá dispor de recursos tecnológicos e digitais para processar os projetos, acompanhar a execução

e apoiar o trabalho social e de comunicação; ou seja, deve contar com uma metodologia que permita o monitoramento digital no nível de documentação e assinaturas (incluindo assinaturas digitais), supervisão, registro fotográfico, cadastro, entre outros, incluindo ainda aspectos de comunicação social, técnicos, ambientais, de tráfego etc. Esse requisito constitui parte dos marcos a serem cumpridos para liberar o percentual retido ao Empreiteiro, referente às conexões domiciliares.



9. AVALIAÇÃO DE PROPOSTAS PARA CONTRATOS POR RESULTADOS



- 9.1 O Banco oferece duas opções para a avaliação das propostas para obras de infraestrutura, incluindo, naturalmente, as obras de esgotamento sanitário tratadas neste manual.
- 9.2 A primeira opção consiste em adjudicar a proposta com o menor preço avaliado que atenda às qualificações necessárias para executar o contrato.
- 9.3 A segunda opção utiliza um sistema de pontuação, no qual as partes técnica e financeira das propostas recebem pontuações específicas que, posteriormente, são combinadas para adjudicar o contrato à proposta mais vantajosa.
- 9.4 A tabela a seguir descreve essas duas opções e os passos que devem ser seguidos quando há um envelope (1E1S) ou dois envelopes (1E2S) no processo licitatório.

TABELA 2 Opções de tipo de licitação para contratos por resultados

Opção 1: Passa ou Não Passa Tecnicamente e Seleção baseada no Menor Preço Avaliado	Opção 2: Combinação das Pontuações Técnicas e Financeiras
Passo 1: As Propostas Técnicas são avaliadas conforme os requisitos e qualificações: somente as propostas técnicas que atendem às qualificações e requisitos continuam na etapa de avaliação das propostas.	Passo 1: As Propostas Técnicas são avaliadas conforme os requisitos e qualificações: somente as propostas técnicas que atendem às qualificações e requisitos continuam na etapa de avaliação das propostas.
Passo 2: As propostas técnicas que atendem aos requisitos são avaliadas. As propostas que não alcançam a pontuação técnica mínima são rejeitadas.	Passo 2: As propostas técnicas que atendem aos requisitos são avaliadas. As propostas que não alcançam a pontuação técnica mínima são rejeitadas.
Se for utilizado o procedimento de 1E1S:	
Passo 3: As propostas que alcançaram a pontuação mínima são avaliadas em profundidade. A proposta com o menor preço avaliado que atenda aos requisitos é declarada a proposta mais conveniente.	Passo 3: As propostas que alcançam a pontuação mínima são avaliadas em profundidade. A pontuação total será calculada combinando as pontuações técnica e financeira de cada proposta por meio de uma fórmula. A proposta com a maior pontuação total e que atenda às qualificações é declarada a proposta mais conveniente.
Se for utilizado o procedimento de 1E2S:	
Passo 3: Os preços das propostas que alcançaram a pontuação mínima são abertos e avaliados. A proposta que apresentar o menor preço avaliado é declarada a proposta mais conveniente, desde que cumpra as qualificações necessárias para executar o contrato.	Passo 3: Os preços das propostas que alcançaram a pontuação mínima são abertos e avaliados. A pontuação total será calculada combinando a pontuação técnica e a pontuação financeira obtidas por cada proposta. A proposta com a maior pontuação total é declarada a proposta mais conveniente, desde que cumpra as qualificações necessárias para executar o contrato.



9.5 A boa prática sugere que, em contratos por resultados, seja utilizada a Opção 2, de modo que os Oferentes se empenhem em introduzir inovação e técnicas modernas para a execução das Obras e dos serviços necessários para alcançar os resultados de forma eficiente e econômica.

9.6 De maneira geral, a Opção 1 — licitação de uma etapa e um envelope — seria utilizada

nos casos em que o Contratante disponha dos projetos executivos, e a licitação seja baseada em preços unitários e listas de quantidades. A Opção 2 é mais apropriada para licitações de projeto + construção, por soma global, baseadas em listas de atividades.



ANEXO



Condições Especiais para incluir no documento de licitação a fim de refletir o pagamento por resultados de um componente. As condições a seguir constituem um exemplo de condições especiais

adicionadas às Condições de Contrato de Obras Menores do BID para tratar conexões domiciliares por resultados e operação e manutenção.

CGC 1.1 (dd)	As Obras consistem na elaboração do projeto detalhado e na construção das redes secundárias e ramais do sistema de esgotamento sanitário, no trabalho social, nas conexões domiciliares e na regularização com micromedidores de aproximadamente 17.300 serviços de água potável nos quatro lotes, conforme a distribuição indicada na Tabela 9 do respectivo documento de licitação, em conformidade com a Seção VII – Especificações e Condições de Cumprimento e a Seção X – Contratação por Resultados do documento de licitação.
CGC 1.1 (gg)	Acrescenta-se uma nova definição: “Conexões Domiciliares” consistem na ligação que conecta as redes secundárias a cada comércio, residência, casa, negócio, quarto, edifício, instalação pública ou qualquer outra unidade localizada na área de atendimento da rede secundária.
CGC 1.1 (hh)	Acrescenta-se uma nova definição: “Retenção para Pagamento por Resultados” corresponde aos dez por cento (10%) a serem retidos do pagamento de cada estimativa ou pagamento parcial ao Empreiteiro. À medida que o Empreiteiro apresentar as Certificações das conexões físicas e a certificação comercial emitidas pelo Supervisor, proceder-se-á à devolução dessa retenção, conforme os procedimentos estabelecidos nas Especificações e Condições de Cumprimento. O mecanismo de pagamento por resultados também inclui o pagamento de um bônus pelo alcance do número total de conexões domiciliares pactadas em cada lote.
CGC 1.1 (ii)	Acrescenta-se uma nova definição: “Certificado de Conexão Comercial por Resultados” é o documento assinado pelo Empreiteiro e aprovado pela Supervisão das Obras, no qual se declara que uma conexão domiciliar foi acordada com um Beneficiário e onde se registra o tipo de intervenção. O documento de adesão do Beneficiário é um anexo do Certificado.
CGC 1.1 (jj)	Acrescenta-se uma nova definição: “Certificado de Conexão Física por Resultados” é o documento assinado pelo Empreiteiro e aprovado pela Supervisão das Obras, no qual se declara que uma conexão domiciliar foi executada e verificada fisicamente, e onde se registra o tipo de intervenção. O documento de adesão do Beneficiário é um anexo do Certificado.
CGC 1.1 (kk)	Acrescenta-se uma nova definição: “Tipo de Intervenção” é uma caracterização da conexão do Beneficiário em relação ao grau de dificuldade da intervenção. Existem três tipos de intervenção que caracterizam os arranjos físicos, comerciais e sociais de cada Beneficiário. As intervenções são de três tipos: A – Simples, B – Média e C – Difícil, e a quantidade de cada tipo de intervenção foi predefinida pelo Contratante por lote e especificada na Seção X do documento de licitação. A intervenção inclui um trabalho de regularização do serviço de água potável, quando aplicável, que consiste na assinatura, pelo Beneficiário, de um contrato com a Corporación de Acueducto y Alcantarillado de Boca Chica (CORAABO) ou com entidades de apoio responsáveis por esta matéria, bem como a instalação de micromedidores e acessórios fornecidos pelo Contratante. A meta de regularização com micromedidores é de 17.300 domicílios, conforme a distribuição indicada na Tabela 9 do documento de licitação.



CGC 1.1 (II)	Acrescenta-se uma nova definição: “Número de cada Tipo de Intervenção por Lote” é um número definido pelo Contratante no documento de licitação, que estabelece a quantidade de tipos de intervenção para cada Lote das redes secundárias. Esse número representa a meta objetiva de intervenções por lote. O número de tipos de intervenção não pode ser modificado pelo Empreiteiro. No entanto, se durante a execução das conexões domiciliares e a aplicação do Plano de Ação Social o Empreiteiro esgotar, mediante a entrega de certificados, qualquer quantidade de um determinado tipo de intervenção, poderá solicitar ao Gerente de Projeto que modifique o número de intervenções pendentes, de forma a refletir a estimativa do Empreiteiro sobre os tipos de intervenções restantes. Se a solicitação for aprovada por escrito pelo Gerente de Obras, a variação será ajustada conforme os requisitos das Subcláusulas CGC 37 e CGC 38.
CGC 1.1 (m)	Acrescenta-se uma nova definição: “Plano de Ação Social” é o conjunto de ações sociais complementares à execução das obras de esgotamento sanitário por lote, que o Empreiteiro desenvolve integralmente de acordo com sua proposta técnica e financeira aceita pelo Contratante. Esse plano inclui, inter alia, a regularização do serviço do beneficiário quando aplicável, o diálogo social, o apoio à organização comunitária, reuniões, eventos, formação de grupos, ações de educação ambiental, mudança de comportamento, criação de redes sociais de apoio ao projeto, materiais de comunicação e sua distribuição, bem como a articulação com a mídia local. O Plano de Ação Social se concentra no cumprimento das metas referentes às conexões domiciliares, que são mensuradas por meio da emissão dos certificados de conexões por resultados. O Plano de Ação Social deve ser concebido — e seus recursos aplicados — levando em consideração que as ações sociais necessárias para interconectar beneficiários do Tipo de Intervenção Difícil (C) são mais intensas do que aquelas para o Tipo de Intervenção Média (B), que, por sua vez, são mais intensas do que para o Tipo de Intervenção Simples (A). O Plano de Ação Social (PAS-C) do Empreiteiro deverá ser executado por uma firma especializada nesse tipo de atividade, sob responsabilidade integral do Empreiteiro.
CGC.1.(l)	Acrescenta-se uma nova definição: “Somat Provisórias” são montantes separados na Lista de Quantidades e em preços unitários preestabelecidos pelo Contratante, que serão utilizados para reembolsar, com margem de lucro (5%) e administração (8%), os Empreiteiros pelos trabalhos realizados de forma excepcional em algumas intervenções do tipo C com fatores agravantes (mediante validação prévia da Supervisão e autorização do Contratante), incluindo, quando aplicável, a margem de lucro e a administração sobre esse investimento; assim como os valores relativos às ligações de água potável com instalação de medidores e válvulas que serão fornecidos pelo Contratante como parte do processo de regularização com micromedidores da água potável, em coordenação com a Supervisão, a CORAABO e as entidades de apoio, respectivamente. As Somat Provisórias também incluem uma provisão para o Pagamento de um Bônus pelo êxito em alcançar a totalidade das conexões domiciliares pactadas por lote.



B. Controle de Prazos

CG 27.5

Acrescenta-se uma nova Subcláusula: “O Gerente de Obras poderá ordenar a suspensão das Obras mediante notificação ao Empreiteiro, com antecedência mínima de 21 dias. O Gerente de Obras poderá ordenar a suspensão das demais partes das Obras, em conformidade com esta Subcláusula 27.5 e a Cláusula 30, até que o Empreiteiro complete os objetivos relacionados a descumprimentos de trabalho ou de cronograma associados à execução das conexões domiciliares ou a qualquer outro tipo de serviço sob o contrato, em relação ao qual o Supervisor de Obras determine que haja atraso e informe por escrito ao Gerente de Obras e ao Empreiteiro. O Empreiteiro não terá direito a qualquer tipo de remuneração ou compensação durante o período em que vigorar essa suspensão, exceto pelo reembolso de despesas de segurança das Obras, devidamente justificadas.”
Do mesmo modo, o Gerente de Obras informará por escrito ao Supervisor e ao Empreiteiro, com antecedência mínima de 15 dias, o levantamento da suspensão, a obrigação do Empreiteiro de retornar aos trabalhos no prazo de 15 dias e a extensão do prazo de conclusão que o Gerente de Obras tiver determinado em decorrência da suspensão.

C. Controle de Qualidade

D. Controle de Custos

CGC 37

Acrescenta-se a seguinte Subcláusula, que se aplica exclusivamente às conexões domiciliares:

37.3 O Contratante modelou o tipo e o número de conexões domiciliares em cada lote, conforme estabelecido na Seção X do documento de licitação. O Empreiteiro poderá redistribuir ou trocar o tipo de conexões domiciliares entre os diferentes ramais do lote objeto do Contrato. Caso o Empreiteiro esgote o número de conexões previsto para qualquer tipo de intervenção, poderá solicitar uma modificação das quantidades, em conformidade com a Subcláusula 38.4.

CGC 38

Acrescentam-se as seguintes Subcláusulas, aplicáveis exclusivamente às conexões domiciliares:

- 38.4 Durante a execução do componente de conexões domiciliares, caso o Empreiteiro esgote o número de conexões previsto por tipo, poderá solicitar ao Gerente de Obras que ajuste o número de cada tipo de conexão de acordo com os certificados que o Empreiteiro apresentou, possui ou planeja executar. O Empreiteiro somente poderá apresentar certificados em quantidade superior ao número inicial previsto para cada tipo de conexão se o Gerente de Obras tiver consentido por escrito em ajustar os números conforme estabelecido nesta Subcláusula.
- 38.5 Se a modificação no número de conexões por tipo implicar alteração no custo, o Empreiteiro deverá solicitar uma Modificação nas Quantidades, em conformidade com as Subcláusulas 38.1 a 38.3, no caso de um aumento. Se aprovada, o Gerente de Obras emitirá uma Variação, de acordo com a Subcláusula 39.1. O Gerente de Obras poderá reduzir o custo do componente caso a variação nas quantidades resulte em uma diminuição do custo.
- 38.6 Se houver desacordo entre o Empreiteiro e o Gerente de Obras em relação aos ajustes descritos na Subcláusula 38.4 ou à modificação de custo conforme a Subcláusula 38.5, o assunto será encaminhado à decisão final e vinculante do Conciliador, em conformidade com as CGC 24 e 25.

Acrescentam-se as seguintes Subcláusulas relacionadas às Somas Provisórias:



38.7 Cada Soma Provisória deverá ser utilizada exclusivamente, total ou parcialmente, de acordo com as instruções do Gerente de Obras, e o Preço Contratual deverá ser ajustado de forma correspondente. O valor total pago ao Empreiteiro deverá incluir apenas os montantes referentes aos trabalhos, fornecimentos ou serviços relacionados à Soma Provisória, conforme tiver sido instruído pelo Gerente de Obras.

38.8 Em cada Soma Provisória, o Gerente de Obras poderá ordenar:

- (a) Trabalhos a serem executados (incluindo Instalações, Materiais ou serviços a serem fornecidos) pelo Empreiteiro, para os quais deverão ser estabelecidos ajustes ao Preço Contratual pelo Gerente de Obras; e/ou
- (b) Instalações, Materiais ou serviços a serem adquiridos pelo Empreiteiro ou de qualquer outra forma, devendo ser incluídos no Preço Contratual:
 - (i) os valores efetivamente pagos (ou a serem pagos) pelo Empreiteiro; e
 - (ii) um valor referente a custos fixos e lucro, calculado como um percentual desses valores efetivos, aplicando-se os percentuais relevantes (se houver) estabelecidos na Lista de Quantidades.

Se o Gerente de Obras ordenar ao Empreiteiro, conforme os subitens (a) e/ou (b) acima, tal instrução poderá incluir o requisito de que o Empreiteiro apresente cotações de seus fornecedores e/ou subcontratados para todos (ou parte) dos itens dos trabalhos a serem executados ou das Instalações, Materiais, trabalhos ou serviços a serem adquiridos. Posteriormente, o Gerente de Obras poderá responder ordenando que o Empreiteiro aceite uma dessas cotações ou poderá revogar a instrução. Caso o Gerente de Obras não responda no prazo de 7 dias após receber as cotações, o Empreiteiro terá o direito de aceitar qualquer uma das cotações, a seu exclusivo critério.

Cada estimativa de pagamento que inclua uma Soma Provisória deverá também incluir todas as faturas, comprovantes, notas de entrega ou recibos que respaldem o uso da Soma Provisória.

38.9 Uma parcela das Somas Provisórias será paga ao Empreiteiro em cada Lote caso ele alcance o número total de conexões domiciliares estabelecido na Tabela 10 do documento de licitação. O Bônus corresponde a 20% do montante das retenções por resultados acumuladas.

Incluir nova 40.7

40.7 Quando os trabalhos correspondentes à Variação coincidirem com um item descrito na Lista de Quantidades e, a juízo do Gerente de Obras, a quantidade de trabalho acima do limite estabelecido na Cláusula 37.1 ou seu cronograma de execução não produzirem alterações no custo unitário da quantidade de trabalho, o preço indicado na Lista de Quantidades será utilizado para calcular o valor da Variação. Caso o custo unitário da quantidade seja modificado, ou se a natureza ou o cronograma de execução dos trabalhos correspondentes à Variação não coincidirem com os itens da Lista de Quantidades, o Empreiteiro deverá apresentar uma cotação com novos preços para os itens pertinentes dos trabalhos.



CGC 48.4 y 48.5	Acrescentam-se as seguintes novas Subcláusulas 48.4 e 48.5: 48.4 Em cada estimativa (geralmente mensal), o Contratante reterá uma parcela do pagamento para estimular os resultados nas conexões domiciliares: De cada estimativa, o Contratante reterá 10% do valor estimado, que será devolvido ao Empreiteiro da seguinte forma: 50% proporcional ao número e ao tipo de conexões domiciliares regularizadas quando o Supervisor emitir o certificado comercial, e 50% proporcional ao número e ao tipo de conexões físicas relativas à conclusão das conexões domiciliares do sistema de esgotamento sanitário. 48.5 O Contratante devolverá essas retenções ao Empreiteiro, mediante a apresentação, por parte deste, dos certificados de conexões domiciliares comerciais regularizadas e das conexões físicas emitidos pelo Supervisor, dentro de sessenta (60) dias contados a partir da data de aprovação do certificado de conexão por resultados físicos.
CGC 53.4	Acrescenta-se a seguinte Subcláusula: “Os ‘Trabalhos por Administração’ consistem nos serviços de regularização com micromedidores do sistema de abastecimento de água potável realizados pelo Empreiteiro por instrução do Supervisor, em coordenação com o Contratante. Esses trabalhos consistem, em geral, na instalação de medidores e válvulas de passagem fornecidos pelo Contratante. Esse tipo de trabalho será executado de acordo com as Especificações e Condições de Cumprimento e será pago a partir das Somas Provisórias, às tarifas estabelecidas pelo Contratante na Lista de Quantidades de cada Lote. O Supervisor poderá modificar, em consulta com o Gerente de Obras, as referidas tarifas em casos excepcionais em que os trabalhos excedam o escopo previsto. Tudo isso em conformidade com as disposições do Contratante.”
E. Finalização do Contrato	
CGC 58.1	Os Manuais de Operação e Manutenção deverão ser apresentados no máximo sessenta (60) dias antes da data do Certificado de Conclusão das Obras. Os planos finais atualizados deverão ser apresentados no máximo trinta (30) dias antes da data do Certificado de Conclusão das Obras.
CGC 58.2	O valor que será retido por não cumprir com a apresentação dos planos finais atualizados e/ou dos manuais de operação e manutenção na data estabelecida na CGC 58.1 é de USD 25.000 (Vinte e Cinco Mil Dólares Americanos).



